

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
CAMPUS DE CACOAL
Departamento do Curso de Direito

RESPONSABILIDADE CIVIL DO ENGENHEIRO CIVIL FRENTE AO
CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

Sônia de Macedo Plakitken

Cacoal-RO
2008

SÔNIA DE MACEDO PLAKITKEN

**RESPONSABILIDADE CIVIL DO ENGENHEIRO CIVIL FRENTE AO
CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Fundação Universidade Federal de Rondônia –
Campus Cacoal, como requisito parcial para
obtenção do título de Bacharel em Direito sob
orientação do Prof. Ms. Gilson Tetsuo
Miyakava.

PARECER DE ADMISSIBILIDADE DO PROFESSOR ORIENTADOR

A acadêmica Sônia de Macedo Plakitken desenvolveu o trabalho **RESPONSABILIDADE CIVIL DO ENGENHEIRO CIVIL FRENTE AO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR**, obedecendo aos critérios do Projeto de Monografia apresentado ao Departamento de Direito na Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR, *campus* de Cacoal/RO.

O acompanhamento foi efetivo, tendo o desenvolvimento do trabalho observado os prazos fixados pelo Departamento de Direito.

Assim sendo, a acadêmica está apta para a apresentação expositiva da Monografia junto a Banca Examinadora.

Cacoal/RO, _____ de _____ de 2008.

Prof. Ms. Gilson Tetsuo Miyakava
Orientador

SÔNIA DE MACEDO PLAKITKEN

RESPONSABILIDADE CIVIL DO ENGENHEIRO CIVIL FRENTE AO
CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

Prof. Ms. Gilson Tetsuo Miyakava - UNIR	Nota
Prof. Esp. Antônio Paulo dos Santos – UNIR	Nota
Prof. Telmo de Moura Passareli – UNIR	Nota

Média

Dedico aos meus pais amados, Anselmo e Valdete; à minha grande amiga Carla, pelo incentivo; e ao meu tio Marcelino, *in memoriam*, pela proteção quando crianças.

Agradeço aos professores do Curso, pelos ensinamentos e paciência. Aos meus colegas de Curso, pelos momentos agradáveis que passamos juntos, especialmente à Miriam P. Mateus e Charlene L. do Nascimento.

Todos nós tomamos diferentes trilhas na vida;
mas, não importa aonde vamos, aproveitamos
um pouco de cada uma delas em toda parte.

Tim McGrew

RESUMO

PLAKITKEN, Sônia de Macedo. Responsabilidade Civil do Engenheiro Civil Frente ao Código de Defesa do Consumidor, 109 folhas, Trabalho de Conclusão de Curso. Fundação Universidade Federal de Rondônia – *Campus* de Cacoal. 2008.

Com o desenvolvimento técnico-industrial surgiram novos modelos de contratos, com as partes contratantes atuando no anonimato, seja pela velocidade das comunicações, seja pela complexidade da nova forma de aquisição de bens. Com isso surgiu a necessidade de intervenção do Estado para promover a defesa do Consumidor, editando leis condizentes com o equilíbrio desejado às relações de consumo. O conceito arcaico de que o profissional liberal exigia formação universitária sofreu algumas modificações

O engenheiro civil, deve se submeter ao Código de Defesa do Consumidor e a outras leis, como por exemplo, a Lei nº. 5.194/66.

A responsabilidade do engenheiro pode decorrer tanto de um contrato como de atos ilícitos praticados por este. Suas obrigações podem ser de meio ou de resultado, devendo entregar a obra ou o serviço conforme pedido do consumidor. Tanto em um como no outro, caberá ao engenheiro indenizar o consumidor por danos referentes ao fato do serviço ou vício do serviço por este praticado.

Palavras-chave: Profissional liberal. Responsabilidade civil. Consumidor. Engenheiro. Relação de consumo.

ABSTRACT

PLAKITKEN, Sônia de Macedo. Civil responsibility of the Civil Engineer In front of the Code of Defense of the Consumer, 109 pages, Work of Conclusion of Course. Foundation Federal University of Rondônia – Campus of Cacoal. 2008.

With the industrial-technical development new models of contracts appeared, with the parts contractors acting in the anonymity, be for the speed of the communications, be for the complexity of the new form of acquisition of material. With there appeared the necessity of intervention of the State to promote the defense of the Consumer, publishing laws consistent with the balance wanted the relations of consumption. The archaic concept of which the liberal professional was demanding iniversity formation suffered some modifications.

The civil engineer, owes to be subdued to the Code of Defense of a Consumer and to other laws, like for example, the Law 5.194/66.

The responsability of the engineer can result both from a contract and from illicit acts practiced by this one. His obligations can be of way or for result, must hand over the work or the service according to request of the consumer. Both in one as the other, it will suit to na engineer to compensate the sumer for damages referring to the fact of the service or vice of the service for this one practiced.

Key words: Liberal professional. Civil responsibility. Consumer. Engineer. Relation of consumption.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	10
2. O PROFISSIONAL LIBERAL.....	12
3. DA RESPONSABILIDADE CIVIL.....	18
3.1 EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA RESPONSABILIDADE CIVIL.....	18
3.2 CONCEITO.....	20
3.3 ESPÉCIES DE RESPONSABILIDADE CIVIL.....	22
3.3.1 Responsabilidade Extracontratual e Contratual.....	22
3.3.2 Responsabilidade Subjetiva e Objetiva.....	27
3.4 PRESSUPOSTOS DA RESPONSABILIDADE CIVIL.....	31
3.4.1 Conduta do Agente.....	32
3.4.2 Culpa.....	34
3.4.3 Dano.....	37
3.4.3.1 Dano Patrimonial ou Material.....	40
3.4.3.2 Dano Moral ou Extrapatrimonial.....	42
3.4.3.3 Dano Estético.....	47
3.4.4 Nexo de Causalidade.....	49
4. RESPONSABILIDADE CIVIL DO ENGENHEIRO CIVIL FRENTE AO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR.....	55
4.1 A RESPONSABILIDADE PELO FATO DO SERVIÇO.....	56
4.2 A RESPONSABILIDADE PELO VÍCIO DO SERVIÇO.....	61
4.3 AS OBRIGAÇÕES ASSUMIDAS PELOS ENGENHEIROS CIVIS.....	68
4.3.1 As Obrigações de Meio.....	68
4.3.2 As obrigações de Resultado.....	69
4.4 A EXCEÇÃO DO PARÁGRAFO 4º DO ARTIGO 14 DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR.....	71
4.5 CLÁUSULA DE NÃO INDENIZAR.....	74
5. DA PRESCRIÇÃO E DA DECADÊNCIA.....	77
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	81
7. REFERÊNCIAS.....	86
8. ANEXOS.....	87
ANEXO A – Lei nº. 5.194 de 1966.....	88
ANEXO B – Lei nº. 6.496 de 1977.....	106

1. INTRODUÇÃO

O estudo da responsabilidade civil abrange todo o conjunto de princípios e normas que regem a obrigação de indenizar. Os princípios da responsabilidade civil buscam restaurar um equilíbrio patrimonial e moral violado.

A promulgação da Lei nº. 8.078 de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor (CDC) – representa não só uma revolução na responsabilidade civil, mas também um divisor de águas do próprio direito brasileiro. A principal delas foi a adoção da responsabilidade objetiva, pois, até então, ainda estava em vigência o Código Civil de 1916, filiado à teoria da culpa.

De qualquer modo, mesmo tendo adotado a responsabilidade objetiva, o Código Consumerista excepcionou a regra, e a fez em relação ao profissional liberal, destacando que sua responsabilidade pessoal será apurada mediante a verificação de culpa.

A presente monografia visa esclarecer qual a responsabilidade civil do engenheiro civil frente ao Código de Defesa do Consumidor para que o mesmo possa ser responsabilizado por danos que causou ao dono da obra (consumidor) ou ao terceiro, decorrente de suas atuações imprudentes ou negligentes.

O estudo começa com uma síntese histórica da evolução da responsabilidade civil em geral, passando a acompanhar, de forma sucinta, a situação jurídica da responsabilidade civil do profissional de engenharia na prestação de seus serviços.

O engenheiro é considerado um prestador de serviços. Para que se possa demonstrar sua responsabilidade civil no Código de Defesa do Consumidor, o presente trabalho será dividido em cinco capítulos.

O primeiro capítulo será dedicado ao profissional liberal, traçando um histórico sobre a profissão, conceito e enquadramento.

O segundo capítulo tratará da responsabilidade civil, mostrando sua evolução histórica, conceitos, espécies, elementos e pressupostos.

No capítulo terceiro será abordada a proposta inicial do trabalho, qual seja, a responsabilidade civil do engenheiro civil frente ao Código de Defesa do Consumidor, traçando sua responsabilidade e obrigações. Depois, como este se enquadra na exceção do parágrafo quarto do artigo 14 do CDC e, por último, a cláusula de não indenizar: quando poderá ser feita e suas consequências para os engenheiros e para os consumidores.

O capítulo quarto será dedicado à prescrição e decadência, pois necessário saber até quando o prestador de serviço, no caso em estudo, o engenheiro civil, poderá ser responsabilizado civilmente, já que tal responsabilidade não pode perdurar eternamente.

O estudo é totalmente baseado em pesquisas bibliográficas, passando por uma análise crítica da opinião de diversos doutrinadores.

Desse modo, buscar-se-á apurar a responsabilidade civil dos engenheiros no CDC, visto que podem ser encontrados no pólo passivo das lides em razão de suas atuações negligentes ou impudentes que acabam causando dano ao consumidor ou terceiros.

2. O PROFISSIONAL LIBERAL

Desde os primórdios o homem já procurava uma forma para suprir sua subsistência. Sabe-se, portanto, das diferenças substanciais existentes entre as profissões de outrora e as da atualidade, principalmente devido às mudanças culturais, econômicas, técnicas e sociais ocorridas no decorrer dos tempos.

O vocábulo trabalho e seu significado sofreram grandes mudanças no decorrer dos tempos. Segundo Alfredo Scottini¹ (1998, p. 454), “trabalho é todo exercício destinado a obter um retorno”. Além disso, a nossa própria Constituição, em seu artigo 5º, XIII assevera que: “é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais a que a lei estabelecer”. Tornando assim, a escolha da profissão algo livre, exercida de forma totalmente liberal.

Geralmente, profissão é entendida como a atividade ou ocupação especializada, da qual se podem tirar os meios de subsistência.

Segundo Fernando Antônio Vasconcelos² (2007, p. 21), profissão liberal “é aquela que se caracteriza pela inexistência, em geral, de qualquer vinculação hierárquica e pelo exercício predominantemente técnico e intelectual de conhecimentos especializados, concernentes a bens fundamentais do homem, como a vida, a saúde, a honra, a liberdade”.

Para os romanos, o trabalho manual imposto aos escravos e aos libertos eram desprezíveis, posto que era remunerado. Já o trabalho intelectual era atributo do homem livre, exercido com benemerência ou complacência, constituindo *munus* e não *ministerium*.

¹ Dicionário escolar da língua portuguesa/Compilado por Alfredo Scottini – Blumenau: Edições TodoLivro, 1998, p. 454.

² VASCONCELOS, Fernando Antônio de. Responsabilidade do Profissional Liberal nas Relações de Consumo. Curitiba: Juruá, 2007. p. 21.

Em Roma, os trabalhos remunerados, sobretudo aqueles que não requeriam conhecimentos técnicos especializados e que consistiam em simples trabalhos manuais, eram denominados mercenários. Ao contrário, os trabalhos profissionais (*operae liberales*), consistentes em tarefas ou serviços, eram aqueles exercidos por profissionais liberais: médicos, advogados, professores, agrimensores etc.

Para os romanos era desprezível tanto o trabalho manual quanto alguns trabalhos de natureza intelectual, pelos quais cobravam artistas, literatos e detentores de conhecimentos jurídicos. Essas atividades não eram exercidas por nobres, por ricos ou por políticos, mas por escravos e libertos, se enquadrando no vasto campo das *operae* e das *artes liberales*.

Na Idade Média, valorizou-se muito o trabalho de engenheiros e arquitetos. Já o Renascimento, forneceu uma enorme quantidade de mestres e estudiosos do Direito.

Entre os Séculos XVI e XVIII, a profissão liberal viveu seu apogeu e os profissionais liberais tiveram acesso ao rol dos ordenamentos jurídicos de caráter privado, fontes de privilégio dessas categorias. Os profissionais liberais eram distribuídos segundo critérios muito parecidos com os de hoje. Geralmente, eram divididos em dois grupos: o primeiro eram os técnicos (arquitetos, médicos físicos etc.); e o segundo, todos os outros (mestres, embaixadores, procuradores etc.).

Já durante a Revolução Francesa, os privilégios referentes aos profissionais liberais declinaram e depois desapareceram, pois os burgueses aderiram às idéias de filósofos como Montesquieu e Rousseau, que defendiam a igualdade de todos perante a lei.

As profissões liberais se reergueram a partir do século XIX. Se reconstituíram com finalidade publicística e com regulamentos internos, parte impostas pelo Estado e parte elaboradas pelas próprias entidades profissionais interessadas.

Também no século XIX e no início do século XX, as categorias profissionais conservaram as características da obrigatoriedade da inscrição do profissional no catálogo das profissões, como condição de legitimidade do exercício profissional e a natureza publicística das entidades inscritas nesse catálogo para que exercitassem o seu poder disciplinar.

Muitas dessas categorias profissionais desapareceram devido aos grandes avanços tecnológicos e científicos enquanto que várias outras categorias iniciaram suas atividades e se adaptaram às exigências sociais e necessidades do homem.

Como se observa, no Direito Romano, os serviços prestados por profissionais liberais não era objeto de estipulação contratual. Eram retribuídos por meio de uma dádiva e que constituía um dever social, não ostentando caráter obrigatório do ponto de vista jurídico.

Inicialmente, profissional liberal era aquele que exercia atividade ausente de qualquer vinculação hierárquica e pelo exercício preponderantemente técnico e intelectual de conhecimentos. Nesse sentido, Oscar Ivan Prux³ (2007, p. 107) define profissional liberal como sendo:

“[...] uma categoria de pessoas, que no exercício de suas atividades laborais, é perfeitamente diferenciada pelos conhecimentos técnicos reconhecidos em diploma de nível superior, não se confundindo com a figura do autônomo, [...] sempre que atuem de forma independente, no sentido de não serem funcionários de um empregador, mas tão-somente prestadores de serviços para seus clientes”.

Anteriormente, era inadmissível o profissional liberal ser considerado funcionário, já que necessita atuar sempre com independência, sem vinculação hierárquica. Sua atividade laborativa devia ser exercida mediante aplicação de conhecimentos técnicos, que seriam obtidos mediante diploma de curso superior.

Nos dizeres de Fernando Antônio de Vasconcelos⁴ (2007, p. 27) a conceituação de profissional liberal foi sendo definida como “o prestador ou o locador de serviços de natureza eminentemente intelectual, sob forma autônoma, ou por conta própria, sem as amarras do contrato com vínculo empregatício”.

Com o passar dos tempos, tais argumentos não mais prevaleceram, pois mesmo aqueles que não possuem formação universitária podem exercer uma atividade liberal. A nossa Constituição Federal em seu artigo 7º, inciso XXXII também proíbe a distinção entre trabalho técnico, manual e intelectual.

³ PRUX, Oscar Ivan. A responsabilidade civil do profissional liberal no Código de Defesa do Consumidor. Belo Horizonte: Del Rey, 2007. p. 107.

⁴ Op. Cit., p. 27.

Entretanto, caso o profissional exerça atividade distinta da qual foi habilitado, sua habilitação em curso acadêmico, técnico ou profissionalizante não será considerada elemento para caracterizá-lo como profissional liberal.

O grau de dependência dos trabalhadores de profissão liberal, por causa da natureza especial da prestação, é pouco consistente e não apresenta alguns de seus elementos característicos, qual seja, a sujeição ao patrão no que tange à iniciativa ou ao método de trabalho. Entretanto, não se pode concluir daí que seja o profissional liberal um trabalhador autônomo.

Quando o profissional liberal trabalha para o público, ou seja, para todos os que, eventualmente, procuram os seus serviços, não pode ser considerado empregado, pois não há relação de emprego com a clientela.

Há também os casos em que o profissional trabalha permanentemente em uma empresa e, fora das horas de serviço, dedica sua atividade a atender a clientela. No primeiro caso o profissional é considerado empregado, já no segundo, não.

O profissional também pode vincular-se, permanentemente, em duas ou mais empresas, mantendo relação de emprego com cada uma delas. Uma outra possibilidade é o fato de o profissional trabalhar para uma só pessoa, sob a exclusiva direção desta, sendo assim, empregado.

O fato de o trabalhador manter, simultaneamente, várias relações de emprego não o liberta inteiramente do vínculo de subordinação. Deixa-o numa situação diferenciada, mas não o desvincula completamente. A atividade profissional de um trabalhador com características marcadamente intelectuais ou acadêmicas pode ser objeto de vários contratos da mesma natureza, pois os serviços prestados não absorvem todo o tempo de que dispõe e não lhe ofusca a responsabilidade.

Segundo concepção de Fernando Antônio de Vasconcelos⁵ (2007, p. 30) profissão liberal, que originariamente significava o trabalho de um homem livre, hoje designa a atividade do indivíduo cujo trabalho não depende senão das capacidades técnicas e intelectuais dele mesmo, embora possa ser, em determinadas situações, um assalariado.

Ainda segundo o mesmo autor, no conceito da maioria dos juristas, exerce uma profissão liberal, toda pessoa que, em total independência técnica e livre de qualquer elo de subordinação, coloca seus conhecimentos e seus dons a serviço de outrem, num esforço para exercer uma atividade ou prestar um serviço, habilitado ou qualificado pela lei ou pelas regras inseridas no mercado de trabalho.

O autor ainda estabelece alguns critérios para definir o profissional liberal, partindo de elementos característicos e distintivos da profissão liberal, quais sejam: a) habitualidade – aquele modo de vida adotado pelo profissional, que faz de sua profissão algo inerente à sua maneira de viver; b) regulamentação – mais do que um simples regulamento, exige-se a normatização da atividade; c) habilitação – deve-se entender que o exercício profissional pressupõe uma habilitação prévia; d) presunção de onerosidade – a presença da remuneração na relação contratual ou de consumo é de fundamental importância para definir o caráter oneroso do exercício profissional; e) autonomia técnica – mesmo assumindo obrigação de prestação de serviços, ou até de natureza laboral, o profissional só deve ter subordinação de ordem jurídica, nunca de emprego ou trabalho; f) vinculação a alguma corporação ou sindicato – determinadas profissões exigem filiação obrigatória à entidade de classe ou sindicato, outras deixam ao livre-arbítrio do profissional.

Este conceito revela-se adequado à realidade, pois analisa o profissional liberal a partir de uma tendência atual, sem a obrigatoriedade de habilitação em curso superior, abrindo a possibilidade de a atividade liberal ser exercida de forma assalariada.

Houve uma época que foi marcada por existir um grande contato entre o cliente e o profissional, que atuava sozinho e possuía clientela cativa com traços de familiaridade. Uma característica marcante desse período era a escolha do profissional liberal por meio da confiança depositada neste.

⁵ Op. Cit., p. 30.

Na era moderna, os profissionais não ficam mais restritos aos seus escritórios, pelo fato de não lhes serem garantidos uma renda estável. Assim, vinculam-se a grandes empresas para lhes proporcionarem um salário estável e demais garantias previstas em lei.

O profissional liberal moderno tem de se especializar, atender clientela seleta, participar de escritórios ou clínicas. Mas, o mínimo que se deve exigir do profissional é a diligência no emprego dos meios necessários para buscar a melhor solução para o seu cliente. Esse profissional tem de cercar-se de diligências e cuidados para que o fornecimento de um serviço profissional não redunde em gordas indenizações que tenha de pagar aos beneficiários desses serviços.

Nos casos em que está em jogo obrigação de resultado, o cuidado do profissional liberal deve ser redobrado. No Código de Defesa do Consumidor, sempre que existir uma relação de consumo, responderá o dono da empresa (responsável) objetivamente, pelos danos causados aos consumidores-clientes quanto aos defeitos relativos à prestação de serviços.

Portanto, o profissional liberal poderá ser empregado, não precisa, necessariamente, ser portador de diploma universitário, sendo que o cuidado desse profissional envolvendo obrigações de resultado deve ser redobrado. Não se admitem falhas.

3. DA RESPONSABILIDADE CIVIL

3.1 EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA RESPONSABILIDADE CIVIL

A responsabilidade surgiu com o próprio nascimento da civilização. É sabido que qualquer das formas de atuação humana implica, forçosamente, a possibilidade de se responsabilizar alguém por algum fato.

O fundamento da responsabilidade civil é a razão por que alguém deve ser obrigado a reparar o dano causado a outrem. Se analisarmos as várias facetas da atividade humana, verificaremos como é diferente a responsabilidade civil de um indivíduo em situações distintas, seja como membro de uma sociedade e como profissional.

No direito romano observa-se a ausência de um sistema de responsabilidade civil. Foram criados apenas princípios genéricos que, séculos depois, embasariam a responsabilidade civil.

Em tempos primitivos, o problema da responsabilidade civil assentava-se na idéia de vingança privada, que consistia na reparação do mal pelo mal, consistindo em uma vingança pura e simples, a justiça feita pelas próprias mãos da vítima de uma lesão. Primeiramente, a responsabilidade era coletiva, pois as ofensas pessoais e patrimoniais reparavam-se com a vingança contra o ofensor ou seu grupo social (vingança privada não regulamentada).

Reinava nessa época a Lei de Talião, onde o mal era reparado com o mal. O Poder Público apenas intervinha no sentido de permitir tal pena ou excluí-la, quando justificável.

Da Pena de Talião passou-se à composição voluntária, onde a vítima da lesão, em vez de optar pela vingança privada, recebia do ofensor uma quantia em dinheiro, conhecida como

“*poena*”, ou determinada coisa. Segundo Acelino Rodrigues Carvalho⁶ (2005, p. 31) a idéia de vingança é substituída pela de composição voluntária, subsistindo, todavia, como fundamento para a reparação do dano, uma vez que tudo ocorre conforme critério da vítima.

Cabe salientar que entre os romanos não havia diferença entre responsabilidade civil e responsabilidade penal, sendo ambas impostas ao causador do dano.

Em um momento mais avançado, surge a composição obrigatória ou tarifada, prevista na Lei das XII Tábuas, que fixava determinada importância correspondente a cada tipo de delito que o autor fica obrigado a pagar, ficando a vítima obrigada a aceitar o *quantum* fixado.

A Lei das XII Tábuas regulava casos concretos, não estabelecendo um princípio geral informador da responsabilidade civil. A responsabilidade era objetiva, no sentido de que a culpa não era o fundamento da obrigação indenizatória, e penal no sentido de não distinguir a pena da indenização.

O princípio informador da responsabilidade civil só veio a ser delineado com a Lei Aquília, formulando um conceito de culpa e estabelecendo as regras de reparação do dano, que, sob a influência da jurisprudência, constrói a estrutura jurídica da responsabilidade extracontratual.

Com a fixação do princípio da culpa, e com a distinção entre aspectos penais e civis do mesmo ato, a responsabilidade civil, que nos primórdios dos tempos era coletiva, objetiva e penal, passou a ser individual, subjetiva e civil.

Destarte, na fase contemporânea, com a revolução industrial e tecnológica, a difusão dos meios de transportes, dentre outros, surgem novas condições de vida e, com isso, a proliferação dos acidentes e a multiplicação das demandas judiciais.

O princípio da culpa mostra-se insuficiente como fundamento da obrigação de indenizar. Surge a concepção de que o dano deve ser indenizado, independentemente da culpa

⁶ CARVALHO, Acelino Rodrigues. Pressupostos da Responsabilidade Civil. São Paulo: Editora de Direito, 2005. p. 31.

do agente, ampliando-se os casos de responsabilidade civil não decorrente de fato próprio do sujeito, mas proveniente do risco derivado da sua atividade econômica e produtiva. Surge, assim, a classificação da responsabilidade em subjetiva (basicamente fundamentada na culpa) e objetiva (envereda mais para a existência do risco).

Dessa forma, pouco a pouco, vai banindo a imaterialização da culpa do nosso ordenamento jurídico. Para se punir o responsável por uma ocorrência danosa, basta que existam o prejuízo e a relação de causalidade entre o ato e o dano. E para se provar o nexo causal, basta que se aponte ter o dano sido proveniente de um ato ou uma omissão. Indenizar um prejuízo, sem necessidade de se provar a culpa do seu causador, constitui-se muito mais numa garantia do que em responsabilidade.

O nosso Código Civil prevê a responsabilidade subjetiva em seu artigo 186, não obstante, prevê a possibilidade de ser adotada a responsabilidade objetiva (art. 927, parágrafo único, CC). O Código de Defesa do Consumidor prevê a responsabilidade subjetiva em determinados casos (§4º, art. 14, CDC) e a responsabilidade objetiva (art. 12 e 14). Já a Constituição Federal previu a responsabilidade objetiva em seu art. 37, § 6º).

Segundo palavras de VASCONCELOS⁷ (2007, p. 71):

“Os ventos que trouxeram a responsabilidade objetiva não buscaram, como querem muitos, a vingança privada, a lei de talião ou a facilitação da punição. Na verdade, não se cogitou de represálias ou de vinditas, mas de equidade, de solidariedade e de equilíbrio nas relações negociais, e de justiça nas relações extranegociais”.

3.2 CONCEITO

Podemos afirmar que a responsabilidade civil no sistema brasileiro é a obrigação para o agente causador do dano de repará-lo, seja material, moral ou à imagem. Dessa forma, o agente causador tem o dever de indenizar, ou seja, fazer, quando possível, que a vítima volte à situação anterior ao evento danoso. Não sendo possível essa restituição, resta a fixação de quantia em dinheiro, ou seja, indenização pecuniária.

⁷ Op. Cit., p. 71.

Primeiramente, cabe salientar que o vocábulo “responsabilidade” é oriundo do verbo latino “*respondere*”, que designa o fato de ter alguém se constituído garantidor de algo. Portanto, a responsabilidade serviria para traduzir a posição daquele que não executou o seu dever.

O termo responsabilidade é utilizado em situação na qual alguma pessoa, natural ou jurídica, deva arcar com as consequências de um ato, fato, ou negócio danoso. Portanto, toda atividade humana pode acarretar o dever de indenizar.

A responsabilidade civil vem definida por Savatier, citado por Sílvio Rodrigues⁸ (2003, p. 6) como sendo “a obrigação que pode incumbir uma pessoa a reparar o prejuízo causado a outra, por fato próprio, ou por fato de pessoas ou coisas que dela dependam”.

Ao contrário da responsabilidade penal que pressupõe uma lesão aos deveres de cidadãos para com a ordem da sociedade, acarretando um dano social determinado pela violação da norma penal, a responsabilidade civil requer prejuízo a terceiro, particular ou Estado, de modo que a vítima poderá pedir reparação do prejuízo causado.

Maria Helena Diniz⁹ (2007, p. 34) define a responsabilidade civil como sendo “a aplicação de medidas que obriguem alguém a reparar dano moral ou patrimonial causado a terceiro em razão de ato do próprio imputado, de pessoa por quem ele responde, ou de fato de coisa ou animal sob sua guarda ou, ainda, de simples imposição legal”.

Portanto, para que seja caracterizada a responsabilidade civil de alguém é necessário que se façam presentes alguns elementos: ação ou omissão, dano e nexo de causalidade; sendo que culpa será verificada nos casos de responsabilidade civil subjetiva.

⁸ RODRIGUES, Sílvio. Direito Civil. v. 4. Responsabilidade Civil. 20. ed. rev. e atual. São Paulo: 2003. p. 6.

⁹ DINIZ, Maria Helena. Curso de Direito Civil Brasileiro. 7º vol. Responsabilidade Civil. 21. ed. rev. e atual. de acordo com a Reforma do CPC. São Paulo: Saraiva, 2007. p. 34.

3.3 ESPÉCIES DE RESPONSABILIDADE CIVIL

A responsabilidade civil poderá ser analisada quanto ao seu fato gerador (podendo ser contratual ou extracontratual); quanto ao fundamento (objetiva e subjetiva); e, ainda, em relação ao agente (direta, se proveniente da própria pessoa imputada e indireta, se decorre de ato de terceiro, fato de animal ou de coisa inanimada sob sua guarda).

O presente trabalho tratará apenas da responsabilidade contratual, extracontratual, objetiva e subjetiva.

A responsabilidade civil é uma consequência da inobservância da obrigação de não causar prejuízo a outrem, seja de natureza contratual ou extracontratual.

3.3.1 RESPONSABILIDADE CONTRATUAL E EXTRA CONTRATUAL

O dano é um fato gerador da responsabilidade civil. Este dano pode decorrer tanto de um inadimplemento contratual, quanto da prática de um ilícito. O primeiro caso se refere à responsabilidade contratual e o segundo, à responsabilidade extracontratual.

Muitos doutrinadores entendem que ambas as responsabilidades (contratual e extracontratual) possuem natureza igual, não havendo necessidade de discipliná-las separadamente. Ontologicamente há apenas uma responsabilidade civil, porém, com regimes diversos.

Primeiramente será tratada a responsabilidade contratual, que é a mais comum na apuração da responsabilidade dos profissionais liberais.

A responsabilidade contratual é oriunda do inadimplemento de um contrato. E é dessa violação contratual que nasce a obrigação de indenizar. Portanto, a responsabilidade contratual resulta de ilícito contratual, ou seja, não-cumprimento ou cumprimento defeituoso da obrigação preexistente.

O Código Civil disciplina a responsabilidade contratual nos artigos 389 e ss. e 395 e ss. A responsabilidade contratual também está prevista no Código de Defesa do Consumidor, em seus artigos 46 a 54.

Diz o art. 389 do CC: “Não cumprida a obrigação, responde o devedor por perdas e danos, mais juros e atualização monetária segundo índices oficiais regularmente estabelecidos, e honorários de advogado”.

Neste caso, o inadimplemento do devedor ocorre tanto se ele não cumprir a obrigação ou quando não a cumpre da forma prevista. Em ambos os casos, o devedor responderá por perdas e danos, em face dos prejuízos causados ao credor.

Segundo Sílvio Rodrigues¹⁰ (2003, p. 308), “quando alguém descumpre uma obrigação contratual pratica um ilícito contratual e seu ato provoca reação da ordenação jurídica, que impõe ao inadimplente a obrigação de reparar o prejuízo causado”.

Já o art. 395 do CC diz: “Responde o devedor pelos prejuízos a que sua mora der causa, mais juros, atualização dos valores monetários segundo índices oficiais regularmente estabelecidos, e honorários de advogado”.

Dessa forma, caso o devedor se constitua em mora, cabe ao mesmo indenizar o credor pelos prejuízos sofridos com o retardamento. Essa indenização, como já dito anteriormente, consistirá em uma soma em dinheiro, juros moratórios, correção monetária e honorários advocatícios (se houver sido acionada a justiça).

O CDC em seu art. 46 aduz: “Os contratos que regulam as relações de consumo não obrigarão os consumidores, se não lhes for dada a oportunidade de tomar conhecimento prévio de seu conteúdo, ou se os respectivos instrumentos forem redigidos de modo a dificultar a compreensão de seu sentido e alcance”.

A reparação dos prejuízos advindos do descumprimento de uma obrigação decorrente de uma relação contratual é ampla, podendo abranger os danos materiais, morais e à imagem.

¹⁰ RODRIGUES, Sílvio. Direito Civil. v. 1. Parte Geral. São Paulo: Saraiva, 2003, p. 308.

No referente à prova do dano, na responsabilidade contratual, uma vez inadimplida a obrigação pelo devedor, o ônus da prova transfere-se para o devedor, que deverá provar a ausência de culpa, a hipótese de caso fortuito ou força maior ou qualquer outro fator excludente de sua responsabilidade.

Nas relações de consumo, salvo no caso dos profissionais liberais, não é necessária a demonstração de culpa para que surja o dever de indenizar caso haja dano, pois a responsabilidade é objetiva.

Na responsabilidade contratual é possível estipular cláusula para reduzir ou excluir a indenização, desde que não contrarie a ordem pública e os bons costumes.

No entender de Paulo de Tarso Vieira Sanseverino¹¹ (2007, p. 204), a obrigação nascida de cláusula contratual tem por finalidade simplesmente o seu cumprimento, satisfazendo o interesse do credor. A obrigação de indenizar nascida do inadimplemento busca reparar os danos sofridos pelo credor em decorrência da inexecução do contrato.

Com relação à responsabilidade extracontratual também conhecida como delitual ou aquiliana, não há vínculo contratual. Nesse caso o dever de indenizar surge em virtude de lesão a direito subjetivo, sem que entre o ofensor e a vítima preexistisse qualquer relação jurídica. O dever jurídico está previsto na lei ou na ordem jurídica.

Portanto, resulta de um inadimplemento normativo, pois não há vínculo anterior entre as partes, ou conforme leciona Maria Helena Diniz¹² (2007, p. 128) “com o descumprimento de preceito legal ou a violação de dever geral de abstenção pertinente aos direitos reais ou de personalidade, ou seja, com a infração à obrigação negativa de não prejudicar ninguém”.

Nessa espécie de responsabilidade não há relação de caráter convencional vinculando o causador do dano a vítima deste. Porém, aquele que infringiu uma norma legal, violou um preceito de conduta de que resultou prejuízo à outrem, devendo, portanto, indenizá-lo.

¹¹ SANSEVERINO, Paulo de Tarso Vieira. Responsabilidade civil no Código do Consumidor e a defesa do fornecedor. 2. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2007. p. 204.

¹² Op. Cit., p. 128.

A responsabilidade aquiliana está disciplinada genericamente no art. 186 e 927 do Código Civil.

Preceitua o art. 186 do CC que: “aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito”.

Cabe conceituar ato ilícito como sendo aquele praticado em desacordo com a ordem jurídica, violando direito subjetivo individual. Causa dano patrimonial ou moral a outrem, criando o dever de repará-lo (STJ, Súmula 37).

O art. 927 do CC diz: “aquele que, por ato ilícito (arts. 186 e 187), causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo”.

Portanto, como se observa a obrigação de indenizar é a consequência do ato ilícito. Porém, é necessário que haja um nexo de causalidade entre a atitude do devedor e o dano sofrido pelo credor.

Na responsabilidade extracontratual cabe à vítima demonstrar o prejuízo, a transgressão da norma e o nexo de causalidade.

Em ambas as responsabilidades (contratual e extracontratual) o efeito é a obrigação de indenizar, sendo elementos comuns o comportamento ilícito, a culpa, o dano e a relação de causalidade. Também, admite-se em ambas a ressarcibilidade de danos não-patrimoniais.

Entretanto, essas duas espécies de responsabilidade diferem em alguns aspectos:

a) na responsabilidade contratual há uma relação obrigacional preexistente, enquanto na extracontratual não, pois surge com o dano;

b) na responsabilidade contratual as partes devem possuir plena capacidade, enquanto na extracontratual o dano pode ser causado por incapaz;

c) com relação à solidariedade passiva, na responsabilidade contratual, depende de prévio acordo entre as partes (art. 265 do CC), enquanto na extracontratual a solidariedade é automática, prevista em lei (art. 942, parágrafo único do CC);

d) quanto à culpa do devedor, na responsabilidade contratual cabe ao devedor provar que não agiu culposamente ou qualquer excludente do dever de indenizar, enquanto na aquiliana cabe à vítima demonstrar a culpa do agente;

e) na responsabilidade contratual há necessidade de constituição em mora (art. 397 do CC), enquanto na extracontratual a mora é automática, resultando da prática do próprio ato ilícito (art. 398 do CC).

É difícil descartar a existência de um contrato entre profissional e cliente. Geralmente o vínculo estabelecido entre o profissional e seu cliente é de natureza contratual, mas excepcionalmente, poderá ser extracontratual.

A responsabilidade do profissional liberal decorre de contrato de locação de serviços ou de obra, de empreitada ou até mesmo quando o profissional pratica atos de caridade.

Em todos os casos, atuando sob vínculo contratual ou não, o profissional deve assumir a responsabilidade por qualquer dano que vier a causar.

A responsabilidade civil do construtor pode ser tanto contratual (contrato de empreitada) quanto extracontratual, ou seja, pode decorrer de um contrato ou em relação a terceiros que eventualmente venham a sofrer algum dano pelo fato da obra, por exemplo, rachaduras e abalos estruturais em prédios vizinhos em razão de escavações no terreno que está sendo construído; quedas de materiais e outros objetos que acabam atingindo transeuntes, entre outros. Sendo assim, inexistindo relação jurídica precedente entre o construtor e terceiros eventualmente prejudicados pelo fato da construção, a sua responsabilidade será extracontratual em todos esses eventos comuns nas edificações.

É sabido que a obrigação de reparar o dano sempre existirá, seja ele produzido sob a égide de um contrato ou não. O que varia é apenas a forma de apuração dessa responsabilidade: se mediante comprovação de culpa, ou considerada objetivamente.

3.3.2 RESPONSABILIDADE SUBJETIVA E OBJETIVA

Como dito anteriormente, a responsabilidade civil, quanto ao seu fundamento pode ser dividida em subjetiva e objetiva.

Atualmente, no sistema jurídico brasileiro, a responsabilidade civil subjetiva está prevista no artigo 186 do Código Civil e a objetiva, no artigo 927, parágrafo único do Código Civil, além do Código de defesa do consumidor, que prevê a responsabilidade subjetiva em seu artigo 14, §4º e a objetiva em seus artigos 12 e 14.

A responsabilidade subjetiva encontra seu fundamento na teoria da culpa. A palavra culpa aqui deve ser empregada de forma ampla, “*lato sensu*” (indicando a culpa “*stricto sensu*” e o dolo).

Para se caracterizar a responsabilidade subjetiva, o agente deve agir com dolo ou com culpa (negligência, imprudência ou imperícia).

Segundo a teoria da culpa, ninguém pode merecer censura ou juízo de reprovação sem que tenha faltado com o dever de cautela em seu agir. Dessa forma, a vítima deve provar a culpa do agente para que possa obter a indenização.

Paulo de Tarso Vieira Sanseverino¹³ (2007, p. 43) alude que na responsabilidade civil, a força do princípio da autonomia da vontade expressou-se no princípio de culpa. Somente os atos ilícitos voluntários, que fossem fruto da intenção do agente (dolo) ou que resultassem de um descuido (negligência ou imprudência), ensejavam o surgimento da obrigação de indenizar. Fora disso, os danos eram considerados fruto dos azares do destino, não obrigando ninguém por sua reparação.

¹³ Op. Cit. p. 43.

Maria Helena Diniz¹⁴ (2007, p. 128) assevera que a responsabilidade subjetiva encontra sua justificativa na culpa ou dolo por ação ou omissão, lesiva a determinada pessoa. Sendo que a prova da culpa do agente será necessária para que surja o dever de reparar.

Com a Revolução Industrial, tornou-se cada vez mais freqüente os acidentes de trabalho e de circulação, não sendo mais suficiente para a responsabilização somente a culpa. Primeiramente, houve uma ampliação do conceito culpa, alargando-se o elemento objetivo (atentado ao direito alheio) em detrimento do elemento subjetivo (psicológico). Depois, passou-se a utilizar os expedientes da presunção de culpa. Após, houve a inversão do ônus da prova, liberando a vítima de provar a culpa do agente.

Assim, o pressuposto específico da responsabilidade no sistema subjetivo é a existência da culpa, seja ela provada ou presumida. Ou seja, na responsabilidade subjetiva, para que haja a obrigação de indenizar é necessário que ocorra um fato, um dano, um nexo de causalidade entre o fato e o dano, e o elemento culpa. Sendo que esta poderá depender de prova a ser produzida pela vítima ou ser presumida por lei (exceção à regra, que é a culpa provada).

A teoria da responsabilidade civil evoluiu de um conceito em que se exigia a existência de culpa para a noção de responsabilidade civil sem culpa, fundamentada no risco. Os perigos advindos da vida moderna, multiplicidade de acidentes e a crescente impossibilidade de provar a causa dos sinistros e a culpa do autor do ato ilícito acarretaram o surgimento da responsabilidade objetiva.

Na responsabilidade objetiva, fundada na teoria do risco, é irrelevante a conduta culposa ou dolosa do agente causador do dano, basta a existência do nexo causal entre o prejuízo sofrido pela vítima e a ação do agente para surgir o dever de indenizar.

No entender de Sílvia Salvo Venosa¹⁵ (2007, p. 14):

“o princípio da responsabilidade sem culpa ancora-se em um princípio de equidade: quem afeita os cômodos de uma situação deve também suportar os incômodos. O

¹⁴ Op. Cit. p. 128.

¹⁵ VENOSA, Sílvia de Salvo. Direito Civil. Responsabilidade Civil. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2007. p. 14.

exercício de uma atividade que possa representar um risco obriga por si só a indenizar os danos causados por ela”.

Na teoria da responsabilidade objetiva não se indeniza unicamente por haver um risco, mas porque há um dano, dispensando, neste último caso, o exame do risco.

Nesse diapasão cabe destacar o que descreve o artigo 927, parágrafo único, do Código Civil: “Haverá obrigação de reparar o dano, independentemente de culpa, nos casos especificados em lei, ou quando a atividade normalmente desenvolvida pelo autor do dano implicar, por sua natureza, risco para os direitos de outrem”.

Segundo a teoria do risco, aquele que, através de sua atividade, cria um risco de dano para terceiros deve ser obrigado a repará-lo, ainda que sua atividade e o seu comportamento sejam isentos de culpa.

Para que haja o dever de indenizar na responsabilidade objetiva é irrelevante a conduta (dolo ou culpa) do agente, basta a existência do dano e o nexo de causalidade entre o fato e o dano.

Acelino Rodrigues Carvalho¹⁶ (2005, p. 81) citando entendimento de José Rubens Morato Leite ensina que:

“Nesta fórmula da responsabilidade objetiva, todo aquele que desenvolve atividade lícita, que possa gerar perigo a outrem, deverá responder pelo risco, não havendo necessidade de a vítima provar a culpa do agente. Verifica-se que o agente responde pela indenização em virtude de haver realizado uma atividade apta para produzir risco. O lesado só terá que provar nexo de causalidade entre a ação e o fato danoso, para exigir seu direito reparatório. O pressuposto da culpa, causador do dano, é apenas o risco causado pelo agente em sua atividade”.

O risco da atividade é o qualificador do fato ou ato, lícito ou ilícito, como causador do dano indenizável, sem que se cogite da idéia de culpa.

O parágrafo único do art. 927 do CC, contempla não só a teoria do risco em sentido genérico, como também a responsabilidade independente de culpa nos casos expressamente previstos em lei. Dessa forma, pode-se dizer que na responsabilidade objetiva tem-se como

¹⁶ Op. Cit. p. 81.

pressuposto necessário para que surja o dever de indenizar, o risco da atividade e a previsão expressa em lei, podendo as hipóteses se agruparem.

Nesse diapasão, Paulo de Tarso Vieira Sanseverino¹⁷ (2007, p. 47) aduz o seguinte: “Na responsabilidade pelo risco, em vez de se atribuir as conseqüências do fato danoso, em que não se conseguiu apontar a ocorrência de culpa, à própria vítima, imputa a responsabilidade ao titular do empreendimento que desencadeou a ocorrência do evento”.

Ainda continua o autor:

“Assim, a responsabilidade objetiva, calcada na teoria do risco, é uma imputação atribuída por lei a determinadas pessoas de ressarcirem os danos provocados por atividades exercidas no seu interesse e sob seu controle, sem que se proceda a qualquer indagação sobre o elemento subjetivo da conduta do agente ou de seus prepostos, bastando a relação de causalidade entre o dano sofrido pela vítima e a situação de risco criada pelo agente”.

A teoria subjetiva continua sendo a regra na responsabilidade civil, mas, em face das dificuldades inerentes à sua prova, a novo Código Civil adota, diante de previsão legal expressa ou de risco na atividade do agente, a teoria objetiva.

Dessa forma, não há razão para que um conceito exclua o outro, ou seja, a culpa e o risco se completam, buscando um objetivo comum – a reparação do dano.

Segundo Regina Beatriz Tavares da Silva¹⁸ (2005, p. 834):

“Pode-se concluir que o dever de reparar surge, em regra geral, de atos ilícitos, diante dos quais é necessária a demonstração da culpa, em sentido largo, do lesante, e, em caráter excepcional, por força de disposição legal expressa ou de risco na atividade do agente, de atos lícitos, os quais geram aquele dever com base no fato de o agente ter colocado em ação forças que são fonte de perigo e de potenciais danos para outrem”.

Portanto, a responsabilidade objetiva somente pode ser aplicada quando existe lei expressa que a autorize ou no julgamento do caso concreto (art. 927, parágrafo único do CC). Ou seja, na ausência de lei expressa, a responsabilidade pelo ato ilícito será subjetiva, pois esta é a regra geral no direito brasileiro.

¹⁷ Op. Cit. p. 47.

¹⁸ SILVA, Regina Beatriz Tavares da. Novo Código Civil Comentado. Coordenação Ricardo Fiúza. 4. ed. atual. São Paulo: Saraiva. 2005. p. 834.

Devido à necessidade de efetiva proteção ao consumidor contra os danos em decorrência de acidentes de consumo o Código de Defesa do Consumidor conduziu à objetivação da responsabilidade civil do fornecedor.

Entretanto, mesmo com a consagração da teoria do risco e com a existência do CDC, no nosso sistema jurídico ainda convivem ambas as teorias: a subjetiva, como norma geral, e a objetiva, como parte especial.

O *caput* do art. 618 do CC cria a presunção de culpa para vícios de solidez e segurança. Nesse caso, em se tratando de empreiteiro profissional liberal, para que seja responsabilizado, deverá haver prova de sua culpa. Porém, presentes os pressupostos, o juiz poderá inverter o ônus da prova, cabendo ao profissional liberal (fornecedor) provar que não trabalhou com culpa.

O doutrinador Fernando Antônio de Vasconcelos¹⁹ (2007, p. 85-86) assevera que:

“a responsabilidade profissional ainda tem como referência a análise da culpa individual, com o ônus da prova a cargo do ofendido. Entretanto, vários casos onde se pode presumir a culpa desses profissionais já estão apontando para uma nova jurisprudência, na qual há inversão desse entendimento. É o caso das cirurgias plásticas estéticas”.

Nesse íterim pode-se concluir que a responsabilidade que prevalece no sistema jurídico brasileiro ainda é a subjetiva, baseada na teoria da culpa, mas, em alguns casos, com a inversão do ônus probatório (profissionais liberais).

3.4 PRESSUPOSTOS DA RESPONSABILIDADE CIVIL

A caracterização dos pressupostos necessários à caracterização da responsabilidade civil é muito difícil, pois há grande imprecisão por parte dos doutrinadores.

Para Agostino Alvim, citado por Acelino Rodrigues de Carvalho²⁰ (2005, p. 63) os pressupostos da obrigação de indenizar são três: o prejuízo, a culpa e o nexo causal. Já Sílvia

¹⁹ Op. Cit. p. 85-86.

²⁰ Op. Cit. p. 63.

Rodrigues²¹ (2007, p. 14) menciona uma ação ou omissão do agente, a culpa do agente, uma relação de causalidade e um dano experimentado pela vítima.

No decorrer desse trabalho, procurar-se-à resumir os pressupostos da responsabilidade civil em quatro categorias: Conduta do agente (ação ou omissão), culpa (pressuposto apenas da responsabilidade subjetiva), dano (patrimonial ou extra-patrimonial) e o nexo de causalidade entre a conduta do agente e o dano.

3.4.1 CONDUTA DO AGENTE

Com base no art. 186 do CC, pode-se dizer que o primeiro pressuposto da responsabilidade civil é a conduta do agente, ou seja, sua ação ou omissão.

Segundo ensinamento de Maria Helena Diniz²² (2007, p. 38-39) a ação pode ser conceituada como “[...] ato humano, comissivo ou omissivo, ilícito ou lícito, voluntário e objetivamente imputável, do próprio agente ou de terceiro, ou o fato de animal ou coisa inanimada, que cause dano a outrem, gerando o dever de satisfazer os direitos do lesado”.

A responsabilidade do agente pode decorrer de ato próprio, de ato de terceiro que esteja sob sua responsabilidade ou de danos causados por coisas que estejam sob sua guarda. O presente trabalho irá discorrer apenas a responsabilidade do agente decorrente de seu próprio ato.

Conforme leciona Sílvio Rodrigues²³ (2007, p. 15) “a responsabilidade por ato próprio se justifica no próprio princípio informador da teoria da reparação, pois se alguém, por sua ação pessoal, infringindo dever legal ou social, prejudica terceiro, é curial que deva reparar esse prejuízo”.

Dessa forma, se o comportamento abusivo do agente causa dano a outrem, é incontestável que para aquele, surge a obrigação de reparar.

²¹ Op. Cit. p. 14.

²² Op. Cit. p. 38-39.

²³ Op. Cit. p. 15.

A ação, por ser fato gerador da responsabilidade, poderá ser lícita ou ilícita. A responsabilidade decorrente de uma conduta lícita, funda-se no risco e a responsabilidade decorrente de ato ilícito, baseia-se na idéia de culpa. O comportamento do agente poderá ser uma comissão (ação) ou uma omissão. A comissão poderá ser conceituada como sendo a prática de um ato que não deveria efetivar; já a omissão seria a inobservância de um dever de agir ou da prática de determinado ato.

O ato ilícito tem por elemento uma conduta humana voluntária, contrária ao Direito. Conduta, por sua vez, é o gênero de que são espécies a ação ou omissão.

O termo ação é empregado em sentido amplo para designar ação *stricto sensu* e a omissão.

A ação consiste em um comportamento comissivo, como a destruição de uma coisa alheia, a morte ou lesão corporal. Já a omissão, é caracterizada pela inatividade, ou seja, abstenção de alguma conduta devida.

Em regra, a omissão não pode gerar física ou materialmente, o dano sofrido pelo lesado. Entretanto, a omissão adquire relevância jurídica quando o agente dessa inatividade, tem o dever jurídico de agir e não age, cria um risco da ocorrência do resultado. Nesse caso, não impedir o resultado significa permitir que a causa opere.

Para que haja responsabilidade por omissão é imprescindível que o agente tenha o dever jurídico de agir, ou seja, esteja numa situação jurídica que o obrigue a impedir a ocorrência do resultado.

Portanto, para a caracterização do dever de indenizar, é necessário que haja uma ação ou omissão voluntária; que viole norma jurídica protetora de interesses alheios ou um direito subjetivo individual; e que o infrator tenha conhecimento da ilicitude de seu ato.

3.4.2 CULPA

Podemos dizer que o segundo pressuposto da responsabilidade civil é a culpa. Dessa forma, a responsabilidade civil subjetiva não decorre apenas da prática de uma conduta, nem do fato lesivo, mas também, de uma conduta culpável, passível de um juízo de censura.

Vale dizer, que a culpa aqui mencionada é a culpa “*lato sensu*”, ou seja, a culpa “*stricto sensu*” (negligência, imprudência ou imperícia) e o dolo.

Não basta apenas a imputabilidade do agente para que o ato lhe possa ser imputado. É necessário, ainda, o elemento culpa. Dessa forma, a conduta culposa do agente é pressuposto principal da obrigação de indenizar. A vítima de um dano só poderá pleitear ressarcimento se conseguir provar que o causador do dano agiu com culpa.

É muito difícil conceituar o elemento culpa. Mas alguns autores tentam definí-la. A culpa tem por essência o descumprimento de um dever de cuidado, que o agente podia conhecer e observar, ou ainda, a omissão de diligência exigível. A inobservância desse dever de cuidado torna a conduta culposa.

O jurista René Savatier, citado por Maria Helena Diniz²⁴ (2007, p. 42) define culpa como sendo “a inexecução de um dever que o agente podia conhecer e observar”. Já para José de Aguiar Dias, citado por Sílvio de Salvo Venosa²⁵ (2007, p. 22) aduz que:

“A culpa é falta de diligência na observância da norma de conduta, isto é, o desprezo, por parte do agente, do esforço necessário para observá-la, com resultado não objetivado, mas previsível, desde que o agente se detivesse na consideração das conseqüências eventuais de sua atitude”.

A noção de culpa, em sentido amplo, abrange toda espécie de comportamento contrário ao Direito, seja intencional (dolo) ou não (culpa).

A culpa em sentido amplo compreende o dolo (violação intencional do dever jurídico) e a culpa em sentido estrito (imprudência, negligência e imperícia).

²⁴ Op. Cit. p. 42.

²⁵ Op. Cit. p. 22.

Tanto no dolo quanto na culpa há uma conduta voluntária do agente. A diferença está no fato de que no dolo a conduta já nasce ilícita, pois a vontade se dirige á realização de um resultado. Já na culpa, a conduta nasce lícita, mas torna-se ilícita na medida em que se desvia dos padrões socialmente adequados.

No entender do jurista Sérgio Cavalieri Filho²⁶ (2005, p. 55-56) “pode-se definir o dolo como sendo a vontade conscientemente dirigida à produção de um resultado ilícito. É a infração consciente do dever preexistente, ou o propósito de causar dano a outrem”.

Para o doutrinador Sílvio Rodrigues²⁷ (2007, p. 16) “o dolo ou resultado danoso, afinal alcançado, foi deliberadamente procurado pelo agente. Ele desejava causar dano e seu comportamento realmente o causou”.

O principal atributo do dolo é a intenção. O agente age de forma consciente e com vontade dirigida à obtenção de um fim ou resultado. A conduta do agente é sempre ilícita.

Já na culpa em sentido estrito, contém uma conduta voluntária, mas com resultado involuntário. A culpa é a vontade de praticar ato lícito, mas por não adotar a conduta adequada, o agente praticando ato ilícito.

Na culpa por negligência o agente não age com a atenção devida em determinada conduta, derivando resultados maus ou prejudicados. Se o agente tivesse agido com mais precaução tal resultado não ocorreria.

Na imprudência, o agente é precipitado, age sem prever conseqüências nefastas ou prejudiciais. O agente age sem as cautelas necessárias.

Já na imperícia, há a falta de prática ou conhecimentos para o exercício de uma profissão ou arte. É o caso do advogado que interpõe recurso diferente do previsto na legislação e que vem a prejudicar seu cliente.

²⁶ FILHO, Sérgio Cavalieri. Programa de Responsabilidade Civil. 6. ed. São Paulo: Editora Malheiros, 2005. p. 55-56.

²⁷ Op. Cit. p. 16.

Assim sendo, seja por dolo ou por culpa em sentido estrito, haverá a obrigação de reparar o prejuízo sofrido pela vítima.

Quanto à sua graduação, a culpa ainda é classificada em grave, leve e levíssima. A culpa será grave quando houver negligência extrema do agente, que não prevê aquilo que é previsível ao homem comum. A culpa leve ocorre quando a lesão de direito puder ser evitada com a adoção de diligências próprias de um *bônus pater familias*. Já a culpa levíssima ocorre quando a falta for evitável por uma especial habilidade e conhecimento singular.

Para parte dos juristas a gravidade da culpa não exerce qualquer influência na reparação do dano. Para outros, baseando-se no parágrafo único do art. 944 do CC, deve se levar em conta a gravidade da culpa, pois o citado artigo autoriza ao magistrado a decidir por equidade em casos de culpa leve e levíssima.

Assim prescreve o Art. 944 do CC: “a indenização mede-se pela extensão do dano”.

Parágrafo único: “Se houver excessiva desproporção entre a gravidade da culpa e o dano, poderá o juiz reduzir, eqüitativamente, a indenização”.

Assim, segundo renomados juristas, o parágrafo único do art. 944, CC adota a teoria da graduação da culpa, possibilitando influenciar no *quantum* indenizatório, para diminuir o seu valor, diante da desproporção entre a gravidade da culpa e o dano.

Vale ressaltar que não há responsabilidade sem culpa, exceto em casos previstos legalmente, onde a responsabilidade será considerada objetiva.

Na responsabilidade objetiva (baseada na teoria do risco) não há que se falar em culpa, pois o agente deverá indenizar independente se agiu ou não com culpa. Basta que haja uma conduta omissiva ou comissiva, um dano e o nexo causal entre a primeira e a última.

3.4.3 DANO

Um elemento essencial para a caracterização da responsabilidade civil é o dano. Sem que haja dano não há que se falar em indenização. Pode haver responsabilidade sem culpa, mas não pode haver responsabilidade sem dano.

O dano consiste no prejuízo sofrido pelo agente. Na noção de dano está sempre presente a noção de prejuízo, pois nem sempre a transgressão de uma norma ocasiona dano. Como regra, somente haverá a possibilidade de indenização, se do ato ilícito resultar dano. Sendo imprescindível a prova real e concreta dessa lesão.

Sem dano pode haver responsabilidade penal, mas não há responsabilidade civil. Indenização sem dano importaria enriquecimento ilícito, enriquecimento sem causa para quem a recebesse e pena para quem a pagasse. Pois, como sabemos, o objetivo da indenização é reparar o prejuízo sofrido pela vítima, reintegrá-la ao estado em que se encontrava antes da prática do ato ilícito. Portanto, se a vítima não sofreu nenhum prejuízo, não haverá o que ressarcir.

Como regra geral, o dano pode ser entendido como qualquer perda, destruição, ofensa, deterioração, estrago, defeito, ataque ou agressão a bem juridicamente protegido.

Maria Helena Diniz²⁸ (2007, p. 62) citando conceito de Lucio Bove assevera: “o dano pode ser definido como a lesão (diminuição ou destruição) que, devido a um certo evento, sofre uma pessoa, contra sua vontade, em qualquer bem ou interesse jurídico, patrimonial ou moral”.

Já o renomado autor e magistrado Sérgio Cavalieri Filho²⁹ (2005, p. 96) conceitua o dano como sendo “a subtração ou diminuição de um bem jurídico, qualquer que seja a sua natureza, quer se trate de um bem patrimonial, quer se trate de um bem integrante da própria personalidade da vítima, como a sua honra, a imagem a liberdade etc.”.

²⁸ Op. Cit. p. 62.

²⁹ Op. Cit. p. 96.

Para Maria Helena Diniz, para que o dano seja indenizável, é imprescindível a ocorrência de alguns requisitos³⁰ (2007, p. 63-65), quais sejam:

a) Diminuição ou destruição de um bem jurídico, patrimonial ou moral, pertencente a uma pessoa. Pois a noção de dano pressupõe a do lesado. O dano acarreta lesão nos interesses de outrem, tutelados juridicamente, sejam eles econômicos ou não.

b) Efetividade ou certeza do dano. Pois a lesão não poderá ser hipotética ou conjectural. O dano deve ser real e efetivo, sendo necessária sua demonstração e evidência em face dos acontecimentos e sua repercussão sobre a pessoa ou patrimônio desta, salvo nos casos de dano presumido. A certeza do dano refere-se à sua existência e não à sua atualidade ou a seu montante.

c) Causalidade. Pois deverá haver uma relação entre a falta e o prejuízo causado, isto é, o dano deverá ser encadeado com a causa produzida pelo lesante.

d) Subsistência do dano no momento da reclamação do lesado. Se o dano já foi reparado pelo responsável, o prejuízo já não mais existe, mas, se o foi pela vítima, a lesão subsiste pelo *quantum* da reparação.

e) Legitimidade. Pois, para que possa pleitear reparação, a vítima precisará ser titular do direito atingido. Os titulares poderão ser os lesados os seus beneficiários.

f) Ausência de causas excludentes de responsabilidade. Pois podem ocorrer danos que não resultem dever ressarcitório, como os causados por caso fortuito, força maior etc.

Dessa forma, ocorrido o dano, este deve ser indenizado de forma integral à vítima, ou seja, que a totalidade dos prejuízos sofridos pelo prejudicado deve ser ressarcida, guardando o montante da indenização uma relação de equivalência com a extensão dos danos.

A responsabilidade civil apresenta dupla função: ressarcimento e prevenção. Por função ressarcitória pode-se entender aquela que representa a necessidade de o lesado obter a

³⁰ DINIZ, Maria Helena. Op. Cit. p. 63-65.

reparação mais completa possível dos prejuízos sofridos, restabelecendo-se a situação patrimonial anterior ao dano. Já a função preventiva, busca evitar a ocorrência de novos atos ilícitos semelhantes.

A reparação deve corresponder da maneira mais completa possível aos prejuízos sofridos pelo lesado. A idéia de reparação serve também de limite ao ressarcimento da vítima, pois não deve significar seu enriquecimento indevido em decorrência do ato ilícito. Dessa forma, a reparação deve corresponder à totalidade do dano, mas nada mais que o montante global desses danos.

Cabe lembrar que segundo o art. 944 do Código Civil, a extensão mede-se pela extensão do dano, podendo ser reduzida equitativamente se houver excessiva desproporção entre a gravidade da culpa e o dano.

Assim sendo, deve-se fazer com que a vítima não desfrute de situação melhor do que desfrutava antes da indenização, pois a reparação do dano não pode converter-se em fonte de enriquecimento da vítima.

Na ação de indenização decorrente de ato ilícito, o autor busca a reparação de um prejuízo. A quantificação do dano é uma difícil tanto no campo contratual quanto no extracontratual. Quando o dano decorre de um inadimplemento contratual, o próprio contrato já costuma trazer o valor d indenização. Já em relação à responsabilidade aquiliana, a perda ou os prejuízos deverão ser analisados no caso concreto. Nesse diapasão o Art. 946 do CC prescreve: “Se a obrigação for indeterminada, e não houver na lei ou no contrato disposição fixando a indenização devida pelo inadimplente, apurar-se-á o valor das perdas e danos na forma que a lei processual determinar”.

No campo técnico, como no caso dos engenheiros e arquitetos, também estão propensos à ação de clientes (consumidores), que se sentem prejudicados com a atuação desses profissionais, seja em projetos, construções civis ou serviços em geral.

Dessa forma, a liquidação do dano advindo de serviços profissionais vai depender muito do tipo de bem lesado: vida, saúde, integridade física e psicológica, dignidade. Em

todos esses casos deve-se buscar auxílio no Código Civil (arts. 948 a 950 e 953), no Código de Defesa do Consumidor (arts. 4º e 6º, incs. I e VI) e na Constituição Federal (art. 5º, X).

Qualquer que seja o tipo de serviço prestado, o juiz deve ter um profundo senso de justiça ao analisar o caso concreto, pois de um lado está o profissional com suas limitações naturais, e de outro, o consumidor prejudicado, que não deve padecer por não obter a indenização devida ou obter de forma parcial.

O assunto será aprofundado em seguida quando for analisado o dano material, moral e estético.

3.4.3.1 DANO PATRIMONIAL OU MATERIAL

O dano patrimonial também conhecido como dano material, atinge os bens integrantes do patrimônio da vítima, entendendo que este seja o conjunto das relações jurídicas de uma pessoa apreciáveis em dinheiro.

O dano patrimonial é aquele suscetível de avaliação pecuniária, podendo ser reparado mediante restauração natural ou reconstituição específica da situação anterior à lesão, ou por meio de indenização pecuniária.

Maria Helena Diniz³¹ (2007, p. 66), citando Antunes Varela assevera que “o dano patrimonial vem a ser a lesão concreta, que afeta um interesse relativo ao patrimônio da vítima, consistente na perda ou deterioração, total ou parcial, dos bens materiais que lhe pertencem, sendo suscetível de avaliação pecuniária e de indenização pelo responsável”.

O dano patrimonial é aquele praticado contra a coisa corpórea. Dessa forma, sua extensão mede-se pela diferença entre o valor atual do patrimônio da vítima e aquele que teria, no mesmo momento, se não houvesse a lesão.

³¹ Op. Cit. p. 66.

Em toda obrigação ressarcitória o indenizante deverá procurar um estado de coisas que se aproxime da situação frustrada, ou seja, a que existiria se não houvesse ocorrido o dano.

O dano patrimonial pode atingir o patrimônio presente da vítima como o patrimônio futuro. Pode provocar a diminuição do patrimônio, sua redução, como também impedir o seu crescimento. Os danos materiais incluem a totalidade dos prejuízos de natureza econômica, abrangendo os danos diretos e indiretos, podendo ser dividido em dano emergente e lucro cessante.

O dano emergente refere-se a uma diminuição de patrimônio, uma perda por parte da vítima, ou seja, o que a vítima efetivamente perdeu. Como por exemplo, no abaloamento de um veículo, o dano emergente será o custo para voltar o veículo no estado em que se encontrava. Trata-se de tudo aquilo que se perdeu, sendo certo que a indenização haverá de ser suficiente para a “*restitutio in integrum*”.

Para Maria Helena Diniz³² (2007, p. 67), portanto, o dano emergente consiste:

“[...] num déficit real e efetivo no patrimônio do lesado, isto é, uma concreta diminuição em sua fortuna, seja porque se depreciou o ativo, seja porque aumentou o passivo, sendo, pois, imprescindível que a vítima tenha, efetivamente, experimentado um real prejuízo, visto que não são passíveis de indenização danos eventuais ou potenciais, a não ser que sejam consequência necessária, certa, inevitável e previsível da ação”.

Dessa forma, nos casos de inabilidade profissional, como nos casos dos engenheiros, a indenização deve cobrir os prejuízos que efetivamente ocorreram e as despesas decorrentes da contratação de outro profissional para a reparação do dano.

Já o lucro cessante refere-se ao reflexo futuro do ato ilícito sobre o patrimônio da vítima. Trata-se, portanto, da perda do ganho esperável, da frustração da expectativa de lucro, da diminuição potencial do patrimônio da vítima.

³² Ibid., p. 67.

Nas palavras de Sílvio de Salvo Venosa³³ (2007, p. 35) “o lucro cessante traduz-se na dicção legal, o que a vítima razoavelmente deixou de lucrar”. Portanto, deve ser considerado o que a vítima teria recebido se não tivesse ocorrido o dano.

Em relação ao lucro cessante, Maria Helena Diniz³⁴ (2007, p. 68) aduz que seria aquele “alusivo à privação de um ganho pelo lesado, ou seja, ao lucro que ele deixou de auferir, em razão do prejuízo que lhe foi causado”.

Nesse ínterim, para se computar o lucro cessante, embora não se exija uma certeza absoluta, não é suficiente a mera possibilidade, mas sim, o condicionamento a uma probabilidade objetiva, resultante de desenvolvimento normal dos acontecimentos, acrescentando-se as peculiaridades do caso concreto.

Dessa forma, ao caracterizar o lucro cessante, deve ser observado o princípio da razoabilidade, ou seja, o lucro cessante seria aquilo que razoavelmente se deixou de lucrar. Não pode ser algo hipotético, imaginário, pois tem que ter por base uma situação fática concreta. É isso que se observa da redação do art. 403 do CC, quando este aduz que as perdas e danos só incluem os prejuízos efetivos e os lucros cessantes por efeito direto e imediato.

Há também o dano reflexo ou de ricochete, sendo entendido como a situação de dano reflexo que sofre uma pessoa por um dano causado a outra. O problema é saber se esta última pessoa pode acionar diretamente o causador do dano.

Em suma, qualquer dano que incidir no patrimônio da vítima, causando-lhe despesas que não teria caso o dano não houvesse ocorrido será considerado patrimonial, e passível de indenização.

3.4.3.2 DANO MORAL OU EXTRAPATRIMONIAL

A reparação concernente aos danos morais já era admitida antes mesmo da nossa Constituição Federal transformá-la em cláusula pétrea. Assim sendo, nossa Carta Magna, em

³³ Op. Cit. p. 35.

³⁴ Op. Cit. p. 68.

seu art. 5º, inciso X prescreve: “são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação”.

Os danos morais, como forma de serem indenizados também está disciplinado no Código de Defesa do Consumidor, em seu art. 6º, VI e no Código Civil (art. 186). Nesse ínterim, prescreve o CDC *in verbis*:

“Art. 6º. São direitos básicos do consumidor:
VI – a efetiva prevenção e reparação de danos patrimoniais e morais, individuais, coletivos e difusos;”.

Dessa forma, é pacífica posição na doutrina e na jurisprudência referente à indenização dos danos morais.

No cotidiano podem ocorrer danos que seu conteúdo não seja revestido por lesões patrimoniais, nem seja suscetível de apreciação pecuniária. Trata-se, portanto, de uma dor, uma emoção, uma humilhação, uma angústia, uma mágoa ou um sofrimento resultante, na maioria das vezes, da violação a um direito de personalidade (vida, integridade física, liberdade etc.). Essa sensação dolorosa experimentada pela vítima é um dano moral ou extra-patrimonial.

Wilson Melo da Silva, citado por Silvio Rodrigues³⁵ (2007, p. 189) assevera que os danos morais “são lesões sofridas pelo sujeito físico ou pessoa natural de direito em seu patrimônio ideal, entendendo-se por patrimônio ideal, em contraposição a patrimônio material, o conjunto de tudo aquilo que não seja suscetível de valor econômico”. Trata, portanto, de dano sem qualquer repercussão patrimonial. É o dano causado injustamente a outrem, que não atinja ou diminua seu patrimônio; é a dor, a mágoa, a tristeza infligida injustamente a outrem.

Para Maria Helena Diniz³⁶ (2007, p. 88) “o dano moral vem a ser a lesão de interesse não patrimonial de pessoa física ou jurídica [...] provocada pelo fato lesivo”.

³⁵ Op. Cit. p. 189.

³⁶ Op. Cit. p. 88.

Segundo a autora, o caráter patrimonial ou moral do dano não advém da natureza do direito subjetivo danificado, mas dos efeitos da lesão jurídica, pois do prejuízo causado a um bem jurídico econômico pode resultar perda de ordem moral, e da ofensa a um bem jurídico extrapatrimonial pode originar dano material. Poderá até mesmo suceder que, da violação de determinado direito, resultem ao mesmo tempo lesões de natureza moral e patrimonial.

Sílvio de Salvo Venozza³⁷ (2007, p. 38) aduz que “dano moral é o prejuízo que afeta o ânimo psíquico, moral e intelectual da vítima”.

Embora seja impossível mensurar ou quantificar, o elemento característico do dano moral é a dor. O dano moral ocorre quando é atingido bem que não está inserido na riqueza patrimonial do lesado.

Na lição de João Casillo, citada por Oscar Ivan Prux³⁸ (2007, p. 337-338), dano moral:

“identifica-se como sendo aquela ofensa a um direito, uma lesão que não traduz uma repercussão no patrimônio da vítima, no sentido clássico material, podendo ou não repercutir no do ofensor. Há um direito da vítima protegido pelo ordenamento jurídico, um bem que não pode ser lesionado, e, no entanto o é, sem que a vítima sofra um desfalque, mas sendo abalada, muitas vezes, de maneira mais grave e violenta do que se tivesse perdido todo o seu acervo material”.

Maria Helena Diniz³⁹ (2007, p. 91) divide os danos morais em diretos e indiretos. O direto seria a lesão a um interesse que vis a satisfação ou gozo de um bem jurídico extrapatrimonial contido nos direitos da personalidade (como a vida, a integridade corporal e psíquica, ...) ou os atributos da pessoa (como o nome, a capacidade, o estado de família). Já o indireto seria a lesão a um interesse tendente à satisfação ou gozo de bens jurídicos patrimoniais, que produz um menoscabo a um bem extrapatrimonial, ou melhor, é aquele que provoca prejuízo a qualquer interesse não patrimonial, devido a uma lesão a um bem patrimonial da vítima.

Paulo de Tarso Vieira Sanseverino⁴⁰ (2007, p. 241) ainda classifica os danos morais em subjetivos e objetivos. Para ele, o dano moral subjetivo é aquele que atinge a esfera da

³⁷ Op. Cit. p. 38.

³⁸ Op. Cit. p. 337-338.

³⁹ Op. Cit. p. 91.

⁴⁰ Op. Cit. p. 241.

atividade psíquica, tendo como efeito os sentimentos de dor, angústia e sofrimento para a pessoa lesada. Já o dano moral objetivo é aquele que atinge a dimensão moral da pessoa na sua esfera social, acarretando prejuízos para a imagem do lesado no meio social, embora também possa provocar dor e sofrimento.

Mero dissabor, mágoa, aborrecimento, irritação ou sensibilidade exacerbada estão fora da órbita do dano moral, pois fazem parte da normalidade do cotidiano. Só deve ser reputada como dano moral a dor, vexame, sofrimento ou humilhação que fogem da normalidade e interfere intensamente no comportamento psicológico do indivíduo, causando-lhe aflições e desequilíbrio em seu bem-estar.

Não se paga a dor sofrida, pois esta não é indenizável, é insuscetível de avaliação econômica. Procura-se somente suavizar certos males, compensando até certo ponto o dano que lhe foi injustamente causado. Assim sendo, a prestação pecuniária teria apenas caráter satisfatório.

Já ficou esclarecido a existência do dano moral em relação a danos causados à pessoa física, falta esclarecermos sobre a pessoa jurídica. Embora a pessoa jurídica não tenha honra subjetiva, possui honra objetiva, podendo ser atingida em sua imagem, credibilidade e bom nome no meio social. O STJ já se pronunciou acerca da admissibilidade da ocorrência de dano moral contra pessoa jurídica em caso de protesto indevido de título cambial⁴¹ e ainda sumulou a matéria: “STJ, Súmula n. 227: A pessoa jurídica pode sofrer dano moral”.

Entre os profissionais liberais também é comum a ocorrência de danos morais, como por exemplo, o comprador de um imóvel, que consegue adquiri-lo após anos de sacrifício e o imóvel vem a desabar por erro do engenheiro, e o advogado que propõe a ação somente após o decurso do prazo de prescrição, entre outros.

⁴¹ Brasil, Superior Tribunal de Justiça, 4ª T., REsp 60.033-2-MA, Rel. Min. Ruy Rosado de Aguiar Jr., Acórdão de 9-8-1995, v. u., *Revista do Superior Tribunal de Justiça*, Brasília, v. 8, n. 85, set. 1996:

“RESPONSABILIDADE CIVIL. DANO MORAL A PESSOA JURÍDICA. ADMISSIBILIDADE. A honra objetiva da pessoa jurídica pode ser ofendida pelo protesto indevido de título cambial, cabendo indenização pelo dano extrapatrimonial daí decorrente”.

Portanto, o dano moral oriundo de serviço deficiente, pode vir a ser pleiteado isolada ou conjuntamente, tanto pelo contratante da relação de consumo (consumidor), quanto por terceiros que tenham sido injustamente atingidos pelos efeitos causados por ela.

Em qualquer hipótese, exige-se dos juízes uma especial atenção jurídica. Deve-se ter sensibilidade para verificar, em cada caso concreto, uma lesão efetiva a um bem jurídico ligado à esfera íntima do indivíduo que caracterize a ocorrência de um dano moral.

A prova do dano moral pode ser demonstrada por todos os meios de provas admitidos em direito, inclusive pelas presunções estabelecidas para determinadas pessoas da família da vítima. Portanto, o juiz deve valer-se de máximas da experiência para poder solucionar o caso concreto.

Como a reparação pelo dano moral apresenta função preponderantemente ressarcitória, a fixação da indenização deverá corresponder com a gravidade do prejuízo causado ao bem jurídico atingido, compensando-se a vítima pela lesão efetivamente sofrida. Essa tarefa de fixar o “*quantum*” da indenização por danos morais não é fácil, já que o bem jurídico lesado não tem conteúdo patrimonial.

Apesar das dificuldades, deve-se ter o cuidado de fixar o montante indenizatório de tal forma que, a par de não representar causa de enriquecimento indevido, não signifique também um valor insignificante para a vítima. Dessa forma o princípio da reparação integral, ao determinar que a indenização deve corresponder à totalidade do dano, mas não mais que o dano, respeitadas as peculiaridades, também tem aplicação aos danos morais.

É importante que no arbitramento da indenização se parta do bem jurídico efetivamente lesado (vida, integridade física, imagem, liberdade, honra), considerando as circunstâncias do fato, como a sua gravidade, intensidade da culpa, condição econômica das partes envolvidas.

Deve-se esclarecer que a circunstância de o fato não apresentar conseqüências de maior gravidade não significa que inexistam danos morais. Apenas o valor da indenização deve,

guardando proporcionalidade à extensão dos prejuízos, ser arbitrada em montante pecuniário correspondente, servindo de compensação pela injúria efetivamente sofrida pela vítima.

Há uma sugestão doutrinária no sentido de se estabelecer, mediante lei, um tarifamento das indenizações por danos morais, como ocorre na Lei de Imprensa e no Código Brasileiro de Telecomunicações, a fim de diminuir o subjetivismo dos juízes.

Maria Helena Diniz⁴² (2007, p. 101-102) traz ainda algumas regras para melhor avaliação pecuniária do dano moral, tais como: evitar indenização simbólica e enriquecimento ilícito; diferenciar o montante indenizatório segundo a gravidade, extensão e natureza da lesão; verificar a repercussão pública do fato lesivo; atentar às peculiaridades do caso; observar os benefícios obtidos pelo lesante com o ilícito; apurar o real valor do prejuízo sofrido pela vítima e do lucro cessante; verificar a intensidade do dolo ou o grau de culpa do lesante; basear-se em prova firme e convincente do dano; analisar a pessoa do lesado.

Nesse ínterim, ao estabelecer o valor da indenização por danos morais, o juiz, ao analisar o caso concreto, deve observar suas peculiaridades, arbitrando o seu valor com bom-senso e moderação e equidade, buscando demonstrar à sociedade que a conduta lesiva é condenável.

Há também a possibilidade de se cumular indenizações por danos materiais e morais, como se observa do enunciado da Súmula nº. 37 do STJ: “São cumuláveis as indenizações por dano material e dano moral, oriundos do mesmo fato”.

3.4.3.3 DANO ESTÉTICO

Outra modalidade de dano é o estético. Para alguns autores essa modalidade de dano é uma espécie de danos morais. Já para outros, se distingue de dano moral, podendo ser pleiteado cumulativamente.

⁴² Op. Cit. p. 101-102.

Primeiramente conceituaremos a referida modalidade. Para Maria Helena Diniz⁴³ (2007, p. 80) citando Lopes Vieira:

“O dano estético é toda alteração morfológica do indivíduo, que, além de aleijão, abrange as deformidades ou deformações, marcas e defeitos, ainda que mínimos, e que impliquem sob qualquer aspecto um afeiamento da vítima, consistindo numa simples lesão desgastante em um permanente motivo de exposição ao ridículo ou de complexo de inferioridade, exercendo ou não influência sobre sua capacidade laborativa”.

Silvio de Salvo Venosa, acompanhando entendimento de Maria Helena Diniz, também entende ser o dano estético espécie de dano moral, por se tratar de dano que afeta diretamente a personalidade. Assim sendo, o dano estético pode ser cumulado com o patrimonial, como no caso de diminuição da capacidade para o trabalho, mas nunca com os danos morais, pois tratando-se de espécie deste, acarretaria *bis in idem*.

No entender de Tereza Ancona Lopez, citada por Regina Beatriz Tavares da Silva⁴⁴ (2005, p. 866) dano estético “é a modificação duradoura ou permanente na aparência externa de uma pessoa, modificação esta que lhe acarreta um ‘enfeamento’ e lhe causa humilhações e desgostos, dando origem, portanto, a uma dor moral”.

Segundo a autora, para a caracterização do dano estético é necessária transformação física, com desequilíbrio entre o estado físico anterior e o presente, e permanência ou durabilidade do dano, como por exemplo, perda de um olho, paraplegia etc. Aduz ainda, que o dano estético não se constitui e categoria de dano diferenciada do dano moral, pois atinge ao mesmo tempo a esfera sentimental ou afetiva e a esfera social da personalidade do lesado, o que constitui um dano moral.

O referido dano não vem disciplinado em nossa legislação. O Código Civil apenas dispõe em seu art. 950 que:

“Se da ofensa resultar defeito pelo qual o ofendido não possa exercer o seu ofício ou profissão, ou se lhe diminua a capacidade de trabalho, a indenização, além das despesas do tratamento e lucros cessantes até ao fim da convalescença, incluirá pensão correspondente à importância do trabalho para que se inabilitou, ou da depreciação que ele sofreu”.

⁴³ Op. Cit. p. 80.

⁴⁴ Op. Cit. p. 866.

O dano estético é uma das espécies mais afetadas à atividade do profissional liberal, mas restrita àqueles que atuam na área da saúde (médicos, cirurgiões, dentistas, farmacêuticos).

3.4.4 NEXO DE CAUSALIDADE

Outro pressuposto da responsabilidade civil é o nexo causal. Pois, não basta que o agente tenha praticado uma conduta ilícita, tampouco que a vítima tenha sofrido um dano. É preciso que esse dano tenha sido causado pela conduta ilícita do agente, que exista entre ambos uma necessária relação de causa e efeito.

O conceito de nexo causal não é jurídico, decorre de leis naturais. Segundo entendimento do magistrado Sérgio Cavalieri Filho⁴⁵ (2005, p. 71) nexo causal “é o vínculo, a ligação ou relação de causa e efeito entre a conduta e o resultado”.

Portanto, o nexo causal é um elemento referencial entre a conduta e o resultado, pois é através dele que poderemos concluir quem foi o causador do dano. Trata-se do elo, do liame, a ligar indissolúvelmente um ao outro, indicando que o dano só surgiu porque aquela ação ou omissão danosa o proporcionou.

Maria Helena Diniz⁴⁶ (2007, p. 107) define o nexo causal como sendo “uma relação necessária entre o evento danoso e a ação que o produziu, de tal sorte que esta é considerada como sua causa”.

Para a doutrinadora, basta que se verifique que o dano não ocorreria se o fato não tivesse acontecido.

Habitualmente, a vítima encontra dificuldades em provar perante a justiça que aquele ato, a que ele atribui a razão de existência do dano, foi realmente o que o causou, excluindo qualquer outra possibilidade.

⁴⁵ Op. Cit. p. 71.

⁴⁶ Op. Cit. p. 107.

Provar de forma inquestionável que um evento é causa exata de determinado dano, especialmente quando se tratar de responsabilidade do profissional liberal, confirma-se normalmente um problema dos mais intrincados, capaz de deixar muitas situações sem reparação devido as sensíveis dificuldades de provar o nexo causal.

Para se chegar à responsabilização, antes de demonstrar o nexo causal, há que se identificar a causa. A causa no dizer de Oscar Ivan Prux⁴⁷ (2007, p. 325) existe quando “uma coisa ocorre depois da outra, de tal modo que, sem a primeira, a segunda não ocorreria. Assim, causa de um resultado seria aquilo que, se removido, faria desaparecer também o dito resultado”.

Em relação ao fornecedor também há a necessidade de os danos sofridos pelo consumidor terem sido causados por produtos ou serviços defeituosos, ou seja, deve-se estabelecer uma relação de causa e efeito entre o defeito do produto ou do serviço e os danos sofridos pelo consumidor.

Na prática quando os danos são provocados por apenas um produto ou serviço defeituoso, estabelece-se com facilidade a causa. O problema reside quando os danos sofridos pela vítima/consumidor decorrem de um processo causal mais complexo, em que há concorrência de mais de uma causa ou condição (concausas sucessivas), ou quando ocorrem multiplicidade de agentes causadores (concausas simultâneas), surgindo a questão de se saber qual deles é o responsável para efeito de obrigação de indenizar.

A concausa simultânea ocorre, por exemplo, no caso de dois arquitetos contratados para elaborarem conjuntamente o projeto para a construção de um prédio, sendo que estes elaboram de forma equívoca.

Já a concausa sucessiva apresenta maior dificuldade. Como, por exemplo, no caso de um arquiteto contratado para elaborar o projeto de construção de um prédio, elaborando-o de forma equívoca; logo o engenheiro contratado para efetuar a construção a faz com materiais inadequados; e o fabricante de tais materiais os fabricou de forma viciada; vindo o prédio a desabar. Nessa sucessão de pessoas, qual seria a responsável pelo desabamento do prédio?

⁴⁷ Op. Cit. p. 325.

Para solucionar tais problemas surgiram três teorias: a teoria da equivalência dos antecedentes, a teoria da causalidade adequada e a teoria dos danos diretos e imediatos ou da causa próxima.

A primeira teoria, a da equivalência dos antecedentes foi desenvolvida por Von Buri, e equipara como causa todos os fatos e condições que, com maior ou menor intensidade, colaboraram para a ocorrência de determinado prejuízo. Sendo assim, considerando um determinado fato, estabelece que são seus efeitos todos os prejuízos que não teriam ocorrido caso aquele não tivesse acontecido.

Todas as condições que ensejaram um determinado efeito equiparam-se como causas desse evento. Assim, todas as causas e as condições que, de qualquer forma, colaboraram para a ocorrência de determinado resultado lesivo são equiparadas entre si. Essa teoria é denominada de teoria da *conditio sine qua non*, expressamente adotada pelo Código Penal Brasileiro em seu art. 13: “O resultado, de que depende a existência do crime, somente é imputável a quem lhe deu causa. Considera-se causa a ação ou omissão sem a qual o resultado não teria ocorrido”.

Essa teoria, para a responsabilidade civil, é muito criticada pelo fato da possibilidade de transformação da relação de causalidade em um conceito simplesmente transpostos das ciências naturais; e também, para Paulo de Tarso Vieira Sanseverino⁴⁸ (2007, p. 252):

“[...] se for transposta pura e simples, sem limites, conduziria, certamente, a exageros, pois permitiria a responsabilização solidária de todos os participantes na causação de um dano, ainda que sua participação tenha sido mínima ou quase inexpressiva, pois não há o limite do elemento culpa”.

A segunda teoria, a da causalidade adequada, elaborada por Von Kries, restringe o conceito de causa, estabelecendo como tão apenas a condição que, formulado um juízo abstrato, se apresenta adequada à produção de determinado resultado. Após a verificação concreta de um determinado processo causal, deve-se formular um juízo de probabilidade com cada uma das múltiplas possíveis causas, de acordo com a experiência comum, em um plano abstrato. Se, após a análise de certo fato, for possível concluir que era provável a ocorrência do evento, deve-se reconhecer a relação de causa e efeito entre eles.

⁴⁸ Op. Cit. P. 252.

Segundo essa teoria, causa é o antecedente não só necessário, mas, também, adequado à produção do resultado. O problema gera quando o fato em questão apresenta uma multiplicidade de causas, sendo difícil estabelecer qual delas seria a causa mais adequada. Só é possível considerar como causa adequada a condição que se mostrar imprescindível para a ocorrência de determinado resultado. Outro motivo de críticas referente a essa teoria é o fato de ela ser baseada em probabilidade, e probabilidade não é certeza.

A última teoria é a teoria dos danos diretos e imediatos ou da causa próxima, que, segundo Oscar Ivan Prux⁴⁹ (2007, p. 325) é aquela que “aponta como causa aquele acontecimento, que estando mais próximo no tempo, tenha ensejado o resultado danoso”.

As críticas quanto à teoria da causa próxima se referem por ela deslocar a decisão de qual seja a causa do evento danoso apenas para o aspecto temporal, cuja relevância não vai além do mero indício.

Diante de tantas críticas, o mais correto seria a não adoção irrestrita a qualquer dessas teorias. O melhor caminho seria a análise do caso concreto pelo juiz, sopesando cada caso na balança do equilíbrio, do bom senso e da equidade.

Nesse diapasão, para que se forme o nexo causal, o evento provocador do dano deve ser eficiente, necessário e suficiente para causar o prejuízo ou ao menos contribuir para que ele ocorra.

No caso do Direito do consumidor, em caso de eventual multiplicidade de causas, não há porque não ser possível considerar todas como contributivas para que se forme o nexo causal, evidenciando-se assim a obrigação de indenizar.

O próprio Código de Defesa do Consumidor, em seu art. 7º, parágrafo único prescreve; “Tendo mais de um autor a ofensa, todos responderão solidariamente pela reparação dos danos previstos nas normas de consumo”.

⁴⁹ Op. Cit. p. 325.

Dessa forma, se a ofensa pode ter mais de um autor, por analogia pode-se dizer também pode ser composta por vários atos ou omissões, que contribuam, conjunta ou parceladamente, para o dano. Sendo assim, o nexo causal pode ser estabelecido entre um dano e várias causas, cabendo ao julgador aferir a intensidade da participação de cada uma delas, sendo que se forem provocadas por diversos agentes, todos responderão solidariamente.

O nosso Código Civil não adotou expressamente por nenhuma das teorias. A jurisprudência, na ausência de uma opção expressa do legislador, tem aplicado as duas teorias, conforme as exigências do caso concreto.

Em relação à responsabilidade civil subjetiva, segundo Sanseverino⁵⁰ (2007, p. 256) o STJ aceitou a teoria da equivalência dos antecedentes no julgamento do recurso especial, em face do temperamento ensejado pelo elemento culpa⁵¹.

Já em relação à responsabilidade objetiva, o mesmo autor aduz que o STJ aplicou a teoria da causalidade adequada para excluir a responsabilidade do fabricante do automóvel pelos danos sofridos pelo motorista em colisão com anteparo fixo da estrada⁵².

Por fim, cabe à vítima provar que certo evento é causa de determinado dano, o que nem sempre é fácil, principalmente nos casos de responsabilidade dos profissionais liberais, pois na maioria das vezes, a prova do nexo causal depende de perícia, com atuação de colegas de profissão que podem acabar sendo influenciados por corporativismo. Nesses casos, cabe ao

⁵⁰ Op. Cit. p. 256.

⁵¹ Brasil, Superior Tribunal de Justiça, 2ª T., REsp 57.163-4-RS, Rel. Min. Eduardo Ribeiro, Acórdão de 17-10-1995, *Revista do Superior Tribunal de Justiça*, Brasília, v. 8, n. 82, p. 257, jun. 1996: “1. Coisa julgada criminal. Irrelevância, quanto à responsabilidade civil, se a absolvição não envolveu o reconhecimento de exclusão de ilicitude nem reconheceu, categoricamente, a inexistência material do fato. 2. Responsabilidade Civil. Nexo de Causalidade. Ainda se admita, em matéria civil, a teoria da equivalência dos antecedentes, isso não se haverá de fazer em sua absoluta pureza, pena de conduzir a absurdos, com a extensão indefinida da cadeia causal. Hipótese em que se admitiu a superveniência de causa relativamente independente, que deu início a outra cadeia”.

⁵² Brasil, Superior Tribunal de Justiça, 3ª T., REsp 2.821/90, Rel. Min. Gueiros Leite, j. 16-10-1990, *Diário da Justiça*, Brasília, 10-12-1990, p. 14802: “ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO. Conduta do fabricante do veículo. Relação de causalidade no campo da responsabilidade objetiva. Prova. Mesmo que a questão seja relevante, isso não deve levar o julgador a sobrepô-la, por avaliação subjetiva, aos critérios legais explícitos de cabimento de recurso. Acidente caracterizado por violenta colisão de automóvel com anteparo fixo. O recorrente ressalta a conduta do fabricante do veículo em face da relação de causalidade no campo da responsabilidade objetiva, fato irrelevante para a produção do evento por inexistência de causalidade adequada. Apreciação da prova, a qual é imune o recurso especial. Não conhecimento”.

juiz, formular um juízo de probabilidade baseado nos indícios probatórios existentes no processo.

4. RESPONSABILIDADE CIVIL DO ENGENHEIRO CIVIL FRENTE AO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

O Código de Defesa do Consumidor regula as relações de consumo entre fornecedores e consumidores. Aplicam-se as normas do CDC a todas as relações de consumo, visando tutelar os direitos materiais e morais dos consumidores.

O Código de Defesa do Consumidor trata de duas espécies de responsabilidade civil: a responsabilidade pelo fato do produto e do serviço e a responsabilidade por vícios do produto ou do serviço. Em ambas a responsabilidade é objetiva, ou seja, não necessita da comprovação da culpa para que se obrigue o fornecedor a indenizar pela ocorrência do dano. A exceção no tocante à responsabilidade civil no CDC é quando diz respeito à responsabilidade pessoal dos profissionais liberais, enquadrados no CDC como fornecedores de serviços (art. 3º). Esses profissionais respondem pela responsabilidade subjetiva, baseada na culpa (§ 4º, art. 14, CDC). Essa exceção será vista mais adiante.

De acordo com o CDC, a indústria de engenharia civil se enquadra perfeitamente como fornecedora de serviços, tendo como consequência a prática da relação de consumo. É o que se observa da leitura dos arts. 3º e 12 do CDC. O primeiro diz que “fornecedor é toda pessoa física ou jurídica, pública ou privada, nacional ou estrangeira, bem como os entes despersonalizados, que desenvolvem atividade de produção, montagem, criação, construção, transformação, importação, exportação, distribuição ou comercialização de produtos ou prestação de serviços”. E o segundo diz que “o fabricante, o produtor, o construtor, nacional ou estrangeiro, e o importador respondem, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos decorrentes de projeto, fabricação, construção, montagem,[...]”.

A responsabilidade contratual do construtor nasce do contrato de empreitada, entendendo este como sendo um contrato pelo qual o empreiteiro se obriga a realizar,

pessoalmente ou por meio de terceiros, certa obra para quem o contratou (dono da obra), com seu próprio material ou por este fornecido, mediante remuneração determinada ao trabalho executado. A empreitada busca o resultado da obra.

Vale salientar que cabe ao empreiteiro fiscalizar a obra e suportar os riscos dela decorrentes. Sendo também, que o empreiteiro pode obrigar-se a fornecer os materiais e o trabalho, ou somente o trabalho.

Na Lei 5.194, de 24 de dezembro de 1966 consta quais os empreendimentos que os engenheiros podem realizar (art. 1º), bem como quem pode exercer essa profissão.

O presente trabalho irá se ater à responsabilidade pelo fato ou pelo vício do serviço, pois se trata da análise da responsabilidade civil do engenheiro civil, caracterizado como um profissional liberal.

4.1 A RESPONSABILIDADE PELO FATO DO SERVIÇO

Em uma relação de consumo, o consumidor pode ser lesado tanto em sua incolumidade física (saúde e segurança), caracterizando um acidente de consumo quanto em sua incolumidade econômica (patrimônio), caracterizando um incidente de consumo. Os acidentes de consumo estão relacionados à responsabilidade pelo fato do serviço e os incidentes são oriundos de vícios no serviço prestado pelo profissional liberal.

A responsabilidade pelo fato do serviço está disciplinada no art. 14 do Código de Defesa do Consumidor, tratando de acidente de consumo, ou seja, acidentes externos que causem dano material ou moral ao consumidor, tendo sido decorrentes de defeitos do serviço.

O art. 14 do CDC reza que: “O fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos”.

Por meio da leitura desse dispositivo, fica clara a modalidade objetiva de responsabilidade aplicada aos fornecedores. A única exceção, como já apontada, se refere aos fornecedores de serviços profissionais liberais, que respondem mediante a verificação de culpa (§ 4º, art. 14, CDC).

Segundo Geórgia Ribar⁵³ (2003, p. 119) citando entendimento de Paulo Luiz Netto Lôbo “a responsabilidade do profissional liberal, por fato do serviço diretamente prestado ao consumidor, depende de verificação de sua culpa presumida, sem prejuízo da inversão do ônus da prova”.

Para se analisar a responsabilidade do profissional/fornecedor de serviço cabe primeiramente definir o que seja serviço defeituoso. Para efeitos do CDC “o serviço é defeituoso quando não fornece a segurança que o consumidor dele pode esperar, levando-se em consideração as circunstâncias relevantes, entre as quais: I – o modo de seu fornecimento; II – o resultado e os riscos que razoavelmente dele se esperam; III – a época em que foi fornecido.

Dessa forma, o serviço defeituoso ao consumidor significa ocasionar danos por ocasião de um serviço prestado.

O próprio Código consumerista definiu o que seja serviço defeituoso, e também, fornece as circunstâncias a serem verificadas para aferição da existência ou não de defeito no serviço prestado.

Em relação à primeira circunstância, o modo do fornecimento do serviço, praticamente não há limitação. O modo de fornecimento consiste em todo o contexto da contratação. Portanto, há de se examinar como as partes procederam durante toda a relação de consumo, incluindo a fase que antecede sua consecução; averiguar se houve autêntica lisura e boa-fé, principalmente por parte do fornecedor, quando da negociação; e se todas as informações sobre a composição do serviço e sua fruição e riscos foram convenientemente prestados ao consumidor.

⁵³ RIBAR, Geórgia. O sistema da responsabilidade civil do profissional liberal no Código de Defesa do Consumidor. São Paulo: LTr, 2003, p. 119.

Segundo entendimento de Oscar Ivan Prux⁵⁴ (2007, p. 248) todos os aspectos que envolvem a contratação devem ser considerados. Entende, ainda, que inclui as questões como lugar e condições econômicas sob as quais o serviço foi prestado.

A conduta irregular do fornecedor, fornecimento deficiente em qualidade, quantidade, ou informações, em desconformidade com a técnica é sinônimo de serviço defeituoso, devendo ser considerados dentro do item modo de fornecimento.

A segunda circunstância a ser analisado é o resultado do serviço e os riscos que razoavelmente dele se esperam, pois se trata do item mais direcionado à preocupação fundamental de proteger a segurança e a saúde do consumidor. Por esse item, o operador do direito deve verificar se o serviço prestado é classificado como de periculosidade inerente, adquirida ou exagerada, sendo que as duas últimas não são toleradas. Mesmo quanto à periculosidade inerente, ele deve examinar se ela está contida dentro dos limites absolutamente normais, necessários, razoáveis.

A lei manda que se examine não só a restrita atuação do profissional isoladamente considerada, mas que se lance olhos sobre o resultado do serviço como um todo, para daí se inferir se ele é defeituoso ou não.

A última circunstância trata-se da época em que determinado serviço foi fornecido. O exame das circunstâncias de aferição de um serviço ser ou não defeituoso, passa, necessariamente, por fatores como tempo e lugar. Oscar Ivan Prux⁵⁵ (2007, p. 249) assevera que:

“O fator época em que o serviço foi fornecido tem a ver com a questão de nível técnico que a ciência tenha atingido para aquele tipo de prestação de serviço na data de sua efetivação. Métodos tidos antigamente como normais (de periculosidade aceita) podem ser inadmitidos posteriormente, em razão do surgimento de técnicas mais modernas que lhe eliminam o risco”.

O que deseja o texto legal é que se averigüem aspectos como o método, a técnica e a forma como o serviço foi prestado, para verificar se eram adequados à época em que isso

⁵⁴ Op. Cit. p. 248.

⁵⁵ Ibid., p. 249.

ocorreu. O momento da fixação é o da realização do serviço. Se na época da prestação aquela era a melhor forma conhecida de prestá-lo, deve-se considerar o serviço isento de defeito, liberando o fornecedor de qualquer responsabilização. Entretanto, se à época do serviço fornecido já se pudesse verificar ser ele imperfeito, sua classificação como sendo defeito, torna-se algo imperioso.

Vale salientar que para efeito de indenização, é considerado fato do serviço qualquer acidente provocado por um serviço, que venha a causar dano ao consumidor, sendo equiparados a este todas as vítimas do evento (art. 17, CDC).

Segundo entendimento de Fernando Antônio de Vasconcelos⁵⁶ (2007, p. 139) a análise dos dispositivos do CDC nos leva a entender que a responsabilidade pessoal do profissional liberal está relacionada ao fato do serviço, isto é, no caso de esse profissional causar dano a pessoa ou ao patrimônio do consumidor. É o caso, por exemplo, do transeunte que sofre descarga elétrica vindo a falecer, decorrente de condutores elétricos descobertos. Já tratando-se de responsabilidade por vício do serviço, enquadra-se o profissional na categoria de fornecedor, em pé de igualdade com os demais fornecedores de serviços enfocados pelo Código, como por exemplo, o caso do imóvel vizinho que venha a apresentar pequenas rachaduras em suas paredes decorrentes dos serviços de fundação da obra de engenharia.

Portanto, se ocorrer dano, impõe-se a verificação de culpa. Por outro lado, se ocorre vício, o mesmo está inserido na própria prestação ou execução defeituosa do serviço, não exigindo, portanto, a verificação de culpa, bastando que se constatem o fato danoso e o prejuízo para caracterizar a responsabilidade. Podemos citar a título de exemplo, um engenheiro contratado para projetar e supervisionar a construção de um prédio, vindo este a desabar. Nesse caso, o profissional (engenheiro) responderá por fato do serviço, pois causou dano ao proprietário (consumidor), sendo sua responsabilidade objetiva.

Sob esse entendimento, o fornecedor de serviços engenheiro civil, terá sua responsabilidade analisada sob a ótica da responsabilidade objetiva, nos casos em que causar danos (fato do serviço). Defeitos na obra, aparentes ou ocultos, que importem sua ruína total

⁵⁶ Op. Cit. p. 139.

ou parcial configuram violação do dever de segurança do construtor/engenheiro, ensejando-lhe o dever de indenizar independentemente de culpa.

O empreiteiro ainda será responsável pela solidez e segurança do trabalho nas empreitadas relativas a edifícios e outras construções de grande porte, em razão dos materiais e do solo (art. 618, CC) pelo prazo de garantia de cinco anos. Dessa forma, sua responsabilidade é considerada objetiva, respondendo pela solidez e segurança do trabalho pelos materiais, se forneceu, e também pelo solo, a não ser que tenha avisado o dono da obra (consumidor) da inconsistência do solo ou da má qualidade do material fornecido por este. Em relação à inconsistência do solo, mesmo o profissional tendo avisado ao dono da obra, este responderá objetivamente, pois o profissional não deve construir edifícios sabidamente instáveis.

Cabe ao empreiteiro empregar a sua habilidade técnica na construção da obra, portanto, se no período de responsabilidade do empreiteiro, forem causados danos por falta de solidez e segurança da obra, este deverá fazer as devidas reparações.

Os profissionais de engenharia respondem também pelos danos causados a terceiros nas construções de arranha-céus e obras de grande porte, quando constituir erro de plano, cálculo ou defeito de construção. Nessa hipótese os mais afetados são os vizinhos, que acabam tendo seus imóveis apresentados rachaduras, e os transeuntes que são atingidos por objetos que caem das obras. No caso de erro de projeto ou de cálculo a responsabilidade será exclusiva do arquiteto e, no caso de defeito na execução, será do engenheiro.

Sendo assim, o fornecedor de serviços só não será responsabilizado quando provar que, tendo prestado o serviço, o defeito inexiste e que a culpa foi exclusivamente do consumidor ou de terceiro. Nesse sentido Sérgio Cavalieri Filho⁵⁷ (2005, p. 525) cita uma apelação cível⁵⁸ em que foi o Relator.

⁵⁷ Op. Cit. p. 525.

⁵⁸ TJRJ, Ap. cível 5.489/2004 (2ª C., rel. Des. Sérgio Cavalieri Filho). Responsabilidade Civil – Acidente de consumo – Incêndio em residência – Picos de energia elétrica – Fato do serviço. Ocorrendo o acidente de consumo e a prova da primeira aparência indicando que este foi causado por defeito do serviço, o fornecedor só afastará o dever de indenizar se provar (ônus seu) que o serviço não tinha defeito. Assim, se as regras da experiência (verossimilhança) evidenciam que o incêndio na residência do consumidor foi provocado por picos de energia elétrica, cabe ao fornecedor a prova em sentido contrário, consoante art. 14, § 3º, I, do Código de Defesa do Consumidor, o que no caso não ocorreu. A prova oral deve estar em harmonia com a documental,

De qualquer forma, em uma sociedade de consumo de massa, tem-se como inevitável o aparecimento de defeitos nos serviços prestados. Por mais diligentes e qualificados que sejam os profissionais liberais, é difícilimo que passem toda uma vida profissional sem errar, mesmo que de menor gravidade.

4.2 A RESPONSABILIDADE PELO VÍCIO DO SERVIÇO

Outra forma de o consumidor ser prejudicado com a má prestação de um serviço é em relação à sua incolumidade econômica (patrimonial). São os chamados incidentes de consumo (vício de serviço). O vício de serviço está disciplinado no Capítulo IV, Seção III do Código de Defesa do Consumidor, especificamente em seu artigo 20.

A responsabilidade referente aos vícios de serviço é mais atenuada do que a prevista quanto aos defeitos (fato do serviço – art. 14, CDC). Pois se trata de vícios de qualidade que tornam o serviço impróprio.

Nos vícios do serviço, a preocupação se distancia da incolumidade físico-psíquica do consumidor, e volta-se para proteger sua incolumidade econômica contra possíveis incidentes de consumo que venham a prejudicar seu patrimônio. O rol desses vícios apresenta-se muito numeroso como forma de desrespeito aos direitos dos consumidores. É muito mais comum encontrarmos serviços com certa falta de qualidade por inadequação, ou certa falta de quantidade, do que termos serviços atingindo a segurança do consumidor.

Com efeito, dispõe o art. 20 do CDC que: “O fornecedor de serviços responde pelos vícios de qualidade que os tornem impróprios para o consumo ou lhes diminuam o valor, assim como por aqueles decorrentes da disparidade com as indicações constantes da oferta ou mensagem publicitária, [...]”.

formando um conjunto probatório sólido. Não há necessariamente correlação entre o valor atribuído à causa e o pedido mediato, em se tratando de postulação de ressarcimento de danos material e moral, diante da impossibilidade de imediata determinação destes danos. O valor fixado pelo dano moral deve refletir o necessário à sua restauração, guardando proporcionalidade com o dano material reconhecido e a justa medida da punição.

O Código consumerista aduz em seu artigo 3º, § 2º que serviço é “qualquer atividade fornecida no mercado de consumo, mediante remuneração, inclusive as de natureza bancária, financeira, de crédito e securitária, salvo as decorrentes das relações trabalhistas”.

No mercado de consumo, a prestação de serviço é predominantemente fruto da atividade empresarial profissionalizada. Porém, toda relação de consumo depende de existência de atividade do fornecedor, e não apenas de atividade de fornecimento de serviços, mas igualmente de atividade de fornecimento de produtos.

Imputa-se a responsabilidade ao fornecedor que presta os serviços de forma imprópria e inadequada, ou seja, viciado. O vício é objetivo, relacionado aos serviços que se prestou. Diz respeito à qualidade, inclusive quando a execução está em desconformidade com a qualidade anunciada na oferta ou na publicidade.

A falta de qualidade por inadequação e a falta de quantidade são aquelas situações em que o serviço não preenche integralmente as legítimas expectativas do consumidor, dando-lhe um prejuízo econômico.

O principal foco de litígio entre construtor e consumidores são os vícios de qualidade decorrentes da baixa qualidade dos materiais empregados e a má técnica utilizada, pois no momento da entrega da obra esta está aparentemente perfeita, só tempos depois que começam a aparecer seus defeitos, como infiltrações, vazamentos, rachadura etc.

Nesse diapasão, o empreiteiro será responsabilizado pelos riscos da obra, se forneceu os materiais, até o momento de sua entrega. Pois na empreitada com fornecimento de materiais, é este quem os escolhe e os prepara para a obra. Assim, sendo os materiais de má qualidade e ocasionarem danos à obra, cabe ao empreiteiro indenizar. Entretanto, se a empreitada for apenas de labor, o empreiteiro só será responsabilizado se culposamente provocou perda ou deterioração da coisa.

Quando o empreiteiro agir com imprudência, negligência e imperícia na execução do serviço ou no emprego do material e sua atitude acarretar defeitos e imperfeições na obra construída, sem afetar a solidez e segurança da construção, também deverá indenizar o dono

da obra. São aqueles defeitos mais amenos, como por exemplo, trincos colocados de forma errônea.

O Código de Defesa do Consumidor fala em vícios que tornem os serviços impróprios ao consumo, fornecendo ainda, o conceito de serviços impróprios (§2º, art. 20): “São impróprios os serviços que se mostrem inadequados para os fins que razoavelmente deles se esperam, bem como aqueles que não atendam as normas regulamentares de prestabilidade”.

Nesse diapasão, basta que o serviço não corresponda ao que dele se espera para caracterizar um vício de serviço, cuja característica preponderante é dar prejuízo econômico a quem o adquire. Dessa forma, segundo Oscar Ivan Prux⁵⁹ (2007, p. 269) “viciado é todo o serviço inadequado, eivado de carência de qualidade, carência essa que é relacionada substancialmente ao seu desempenho e durabilidade”.

Segundo Paulo Luiz Netto Lôbo⁶⁰ (1996, p. 59) em hipóteses exemplificativas, há vício de serviço em trocas de peças usadas ou defeituosas; uso de material inadequado, ou de qualidade inferior; colocação indevida de peças; falta de cuidado quanto à instalação necessária de eletricidade, equipamentos e outros serviços especializados.

Para se saber os fins que razoavelmente se esperam do serviço deve ser buscado o que realmente foi contratado. Não sendo possível, a doutrina costuma definir como razoável aquilo que se encontra dentro do aceitável segundo o padrão do “homem médio”.

Em suma, aduz Oscar Ivan Prux⁶¹ (2007, p. 272) que o vício do serviço ocorre: a) quando a falta de qualidade do serviço o torna imprópria ao consumo. Essa falta de qualidade pode decorrer de carências intrínsecas do próprio serviço, manifestando em seu resultado como por falta de informações adequadas do fornecedor sobre a correta utilização do serviço; b) quando o serviço tem seu valor diminuído, sendo essa diminuição referente ao valor intrínseco do serviço em si considerado; e c) quando o serviço prestado é díspar com as

⁵⁹ Op. Cit. p. 269.

⁶⁰ LÔBO, Paulo Luiz Netto. Responsabilidade por vício do produto ou do serviço. 1. ed. Brasília, DF: Livraria e Editora Brasília Jurídica, 1996. p. 59.

⁶¹ Op. Cit. p. 272.

condições da oferta ou mensagem publicitária que o anunciou para o consumidor. Ocorre quando o fornecedor promete o serviço de determinada maneira e o fornece de outra.

De qualquer forma, ocorrendo um incidente de consumo, o negócio jurídico não precisa necessariamente cessar, podendo persistir com alguns reparos. Sendo assim, o CDC, visando satisfazer os interesses do consumidor, instituiu um sistema para que fornecedor e consumidor encontrem uma solução para o problema.

Dessa forma, o CDC colocou à disposição do consumidor três alternativas para que pudesse solucionar eventual vício de serviço.

A primeira permite ao consumidor optar pela reexecução do serviço, quando cabível, sem ter de arcar com qualquer custo adicional. Essa reexecução poderá ser feita pelo fornecedor originário ou por terceiros devidamente capacitados, por conta e risco do fornecedor (§1º, art. 20, CDC). Se a escolha do terceiro para a reexecução do serviço foi feita pelo consumidor, o fornecedor originário estará desobrigado de qualquer vício ocasionado pelo novo prestador de serviço.

Há situações que não é necessária a reexecução total do serviço. Nesse caso se a reexecução parcial do serviço for suficiente para sanar o vício, não há que se falar em reexecução total, pois seria uma injustiça, um abuso de direito.

A segunda alternativa colocada à disposição do consumidor é a possibilidade dele receber o que pagou pelo serviço que foi mal prestado, sem prejuízo das perdas e danos. Esse ressarcimento visa evitar que o consumidor que arcou com o serviço e não o recebeu seja lesado.

Nessa alternativa também vale o que foi dito em relação à reexecução total e parcial do serviço. O consumidor só poderá receber o valor que pagou se não aproveitou o serviço, pois se o serviço já foi feito e o consumidor esteja se servindo deste, mesmo que minimamente, não seria correto pleitear o valor total do serviço.

Oscar Ivan Prux⁶² (2007, p. 276) ainda entende que a par da correção monetária deveria constar também os juros moratórios, pois o consumidor lesado os merece, já que ninguém coloca dinheiro em qualquer contrato para vir a receber o mesmo valor, ainda mais pelo não cumprimento da obrigação por parte do fornecedor.

Aduz ainda, que o consumidor desejava era o serviço, e esse ele não os teve. Portanto, por que lhe imputar mais esse desgaste, sendo que, se ele tivesse aplicado esse dinheiro em um banco, auferiria além da correção monetária também os juros regulamentares. Conclui não ser justo que o consumidor receba o mesmo valor que pagou no contrato não cumprido pelo fornecedor.

Por fim, a terceira alternativa apresenta a possibilidade de que, havendo falta de qualidade ou quantidade no serviço, seja feito um abatimento proporcional no preço do mesmo. Esse dispositivo é muito útil na solução de problemas de consumo, principalmente quando se trata de vícios de quantidade.

Caberá ao consumidor escolher dentre uma dessas alternativas, não precisando dar qualquer explicação ao fornecedor. Basta que o comunique de sua decisão. Entretanto, não será permitido ao consumidor escolher duas alternativas ou combiná-las.

Quando o consumidor vier a sofrer lesões físico-psíquico e lesões no aspecto econômico decorrentes de um mesmo fato deve-se extrair qual das lesões sobrepõe à outra em nível de importância ao lesado. Deve observar-se o critério da preponderância, de modo, a saber, se o mais adequado a solucionar o problema deve ser feito segundo o disposto no art. 14 ou no art. 20.

Definido o que seja vício de serviço deve-se analisar a responsabilidade pessoal do profissional liberal ante tal circunstância.

A Seção III do Capítulo IV do Código de Defesa do Consumidor, que trata da responsabilidade por vício do produto ou do serviço, não se manifestou quanto ao tipo de responsabilidade a ser aplicada, se objetiva ou subjetiva.

⁶² Op. Cit. p. 276.

Sendo assim, cabe analisar qual responsabilidade aplicar aos profissionais liberais. Se os mesmos respondem objetivamente como os demais prestadores de serviços ou se deve aplicar de modo extensivo à exceção prevista no § 4º, art. 14 do CDC, localizada na Seção II.

O Código de Defesa do Consumidor em várias passagens prioriza a responsabilidade objetiva para o fornecedor de serviços. Não seria lógico fazer de forma diferente em relação aos profissionais liberais, que responderiam somente pela teoria da culpa simples, de modo que o cliente/consumidor teria que provar imprudência, negligência ou imperícia do profissional autor do dano.

Todas as regras estabelecidas no sistema protetivo do consumidor e direcionadas para o fornecedor de serviços podem e devem ser aplicadas ao profissional liberal, que está inserido também nessa área de prestação de serviços.

Como princípio geral, sabe-se que toda exceção somente deve ser aplicada de forma restritiva. A exceção do § 4º, art. 14 se encontra somente na Seção II, que trata unicamente da responsabilidade pelo fato do produto ou do serviço. Verifica-se que a mesma exceção não aparece nas demais seções do Código, indicando que o legislador desejou criá-la para a proteção do consumidor quanto à sua segurança contra o fornecimento de produtos ou serviços defeituosos, porém, não desejou que ela fosse estabelecida como regra geral, não colocando-a nas seções seguintes do Código, ou mesmo nos seus princípios gerais.

Segundo entendimento de Oscar Ivan Prux⁶³ (2007, p. 263-264) em se tratando da responsabilidade do profissional liberal em particular, a exceção estaria limitada apenas aos serviços que sejam defeituosos por não fornecerem a segurança que o consumidor dele pode esperar ou quando o fornecedor prestar informações insuficientes ou inadequadas sobre a fruição e riscos do serviço (fato do serviço). Por exclusão, as demais situações não incluídas na referida Seção II do CDC, devem permanecer sujeitas à regra geral de que é a responsabilidade objetiva ou subjetiva com presunção absoluta de culpa conforme o caso. Sendo assim, os vícios do serviço apresentados em serviços prestados por profissionais liberais seguiriam a regra da responsabilidade objetiva, como por exemplo, o engenheiro que

⁶³ Op. Cit. p. 263-264.

projeta deficientemente as instalações elétricas de uma casa, de modo que a iluminação acaba se revelando falha ou insuficiente.

Maria Helena Diniz⁶⁴ (2007, p. 455) entende que se o produto ou serviço vier a lesar patrimonialmente o consumidor, em razão de vício de quantidade ou qualidade por inadequação, a sua responsabilidade será subjetiva “*júris et de jure*”.

Cláudia Marques, Antônio H. Benjamim e Bruno Miragem citados por Fernando Antônio de Vasconcelos⁶⁵ (2007, p. 152) salientam que as falhas de adequação dos serviços dos profissionais continuam regulados pelo art. 20 do CDC. Assim, a interpretação é no sentido de que, se há solidariedade e responsabilidade contratual, a apuração da falha do serviço contratual deve ser apurada sob o foco da responsabilidade objetiva, sem a prova da culpa.

Paulo Luiz Netto Lôbo⁶⁶ (1996, p. 60) entende que a exceção referente aos profissionais liberais diz respeito apenas à responsabilidade por fato do serviço. A responsabilidade por vício do serviço continua a mesma dos demais fornecedores, ou seja, objetiva.

Segundo o autor o princípio de defesa do consumidor estaria comprometido se, para exercer as alternativas em caso de vício do serviço, dependesse de verificação de culpa do profissional.

Já Tupinambá Miguel Castro do Nascimento, citado por Georgia Ribar⁶⁷ (2003, p. 126), defendendo posição única, entende que não importa qual obrigação o profissional liberal assumiu, se de meio ou de resultado, sempre o profissional liberal responderá pela teoria subjetiva, sendo esta uma garantia para este, e também não ocorrerá a inversão probatória. Para o autor o que pode ser objeto de inversão probatória é a ocorrência do fato objetivo e o relacionamento causal entre este e o dano ocorrente, vinculados à autoria. Mas a culpa é

⁶⁴ Op. Cit. p. 455.

⁶⁵ Op. Cit. p. 152.

⁶⁶ Op. Cit. p. 60.

⁶⁷ Op. Cit. p. 126.

necessária ser comprovada. Caso contrário, a garantia da responsabilidade subjetiva dos profissionais liberais poderia ser revogada por ato judicial.

Assim sendo, há forte corrente doutrinária no sentido de que, nos casos de vício, a responsabilidade do profissional liberal será objetiva, ou seja, apurada independentemente de culpa. Já nos casos de dano, será verificada a culpa do profissional. Mas tal entendimento não é pacífico, como visto acima.

4.3 AS OBRIGAÇÕES ASSUMIDAS PELOS ENGENHEIROS CIVIS

Ao longo dos tempos tem sido tido que a atividade dos profissionais liberais não gera uma obrigação de resultado, mas uma obrigação de meio. Mas na atualidade este conceito parece não ser o mais correto, pois a atuação de um profissional liberal, pautada na proficiente conduta, não ensejará a responsabilidade somente pelo insucesso na busca da solução do caso.

Há determinadas situações onde a atuação do profissional, pelo despreparo ou ignorância, o leva a prometer ao cliente/consumidor um determinado resultado que não deveria prometer, pois não o conseguirá pela impossibilidade de sua realização ou pela falta de competência no seu modo de atuar profissionalmente.

4.3.1 AS OBRIGAÇÕES DE MEIO

Segundo Demogue, citado por Fernando Antônio de Vasconcelos⁶⁸ (2007, p. 158) “há obrigações de meio quando a própria prestação nada mais exige do devedor do que pura e simplesmente o emprego de determinado meio sem olhar o resultado”.

Dessa forma, exige-se, pois, o emprego da diligência necessária para que essa atividade possa ser desempenhada da melhor maneira possível, na tentativa de se obter o resultado. O profissional deve possuir grau suficiente de preparo e amadurecimento capaz de passar a idéia de que não causará danos a quem o procura, seja por imperícia, seja por inaptidão.

⁶⁸ Op. Cit. p. 158.

Conceituando obrigação de meio, Maria Helena Diniz⁶⁹ (2007, p. 276) aduz ser “aquela em que o devedor se obriga tão-somente a usar de prudência e diligência normais na prestação de certo serviço para atingir um resultado, sem, contudo, se vincular a obtê-lo”. Infere-se daí que sua prestação não consiste num resultado certo e determinado a ser conseguido pelo obrigado, mas tão-somente numa atividade prudente e diligente deste em benefício do credor. Seu conteúdo é a própria atividade do devedor, ou seja, os meios tendentes a produzir o escopo almejado, de maneira que a inexecução da obrigação se caracteriza pela omissão do devedor em tomar certas precauções, sem se cogitar do resultado final.

Segundo a autora, havendo inadimplemento dessa obrigação, é imprescindível a análise do comportamento do devedor, para verificar se ele deverá ou não ser responsabilizado pelo evento, de modo que cumprirá ao credor demonstrar ou provar que o resultado colimado não foi atingido porque o obrigado não empregou a diligência e a prudência a que se encontrava adstrito. O obrigado só será responsável se o credor provar a ausência total do comportamento exigido ou uma conduta pouco diligente, prudente e leal. Exemplo típico dessa obrigação é a do médico procurado para restabelecer a saúde de um paciente, onde este deve agir diligentemente de acordo com os procedimentos da medicina, mas não fica obrigado ao resultado da cura.

Sendo assim, o profissional só será responsabilizado se não agir com prudência, diligência, escrúpulos e lealdade. Caso o profissional agir diligentemente estará isento de responsabilização, independentemente da consecução do resultado.

4.3.2 AS OBRIGAÇÕES DE RESULTADO

Em alguns casos o profissional liberal pode ser contratado para a prestação de um serviço, obrigando-se a atingir determinado resultado. Nesse tipo de obrigação, o prestador se obriga a alcançar determinado fim sem o qual não terá cumprida sua obrigação. Ou consegue o resultado avençado ou deve arcar com as consequências.

⁶⁹ Op. Cit. p. 276.

Seguindo essa linha de raciocínio, Maria Helena Diniz⁷⁰ (2007, p. 277) assevera que “a obrigação de resultado é aquela em que o credor tem o direito de exigir do devedor a produção de um resultado, sem o que se terá o inadimplemento da relação obrigacional”.

A obrigação só será considerada adimplida após a efetiva produção do resultado estabelecido. O inadimplemento da obrigação será suficiente para determinar a responsabilidade do devedor, pois basta que o resultado não seja atingido para que o credor possa ser indenizado, só ficando desobrigado se provar que não agiu culposamente. Podemos citar como exemplo, um contrato onde o engenheiro é contratado para fazer a planta de um prédio. A sua obrigação só será adimplida quando entregar a determinada planta ao seu contratante.

Outros exemplos de obrigação de resultado são a fiscalização por parte dos engenheiros dos materiais utilizados em uma construção; o professor contratado para entregar a tradução de determinado documento em certa data; a contratação de um advogado para a realização de um contrato de locação; o dentista contratado pra a limpeza dentária ou seu clareamento, entre outros.

Entende a maioria dos doutrinadores, que na responsabilidade contratual a culpa do profissional pode ser presumida ou não. Dependerá se o profissional se propôs a atingir determinado resultado, pois se propondo a atingir o resultado, não o conseguindo, é presumido culpado. Nesse caso, cabe ao credor provar que não foi cumprido o avençado. Caberá ao consumidor a inversão do ônus da prova. Entretanto, se o profissional não se comprometeu a atingir determinado resultado, mas somente agir de acordo com uma determinada conduta, somente será responsabilizado se ficar provado que agiu com dolo ou culpa.

Na doutrina moderna há quem entenda que em ambas as obrigações (de meio ou de resultado) o devedor tem que executar o que prometeu, havendo sempre uma obrigação preexistente. Outros ainda afirmam que em ambos os casos, a produção de provas é praticamente igual e que, na responsabilidade objetiva, só se julga pelo resultado. No Código

⁷⁰ Op. Cit. p. 277.

de Defesa do Consumidor é sempre possível a responsabilização, visando à proteção do consumidor, da inversão do ônus da prova, mesmo nas obrigações de meio.

De qualquer forma, em todas as obrigações assumidas pelos profissionais liberais há sempre o dever de informação, que é uma obrigação de resultado. Entretanto, quando um profissional liberal assumir produzir um determinado resultado mesmo que não seja possível alcançá-lo, qual será sua obrigação, de meio ou de resultado?

Alguns doutrinadores entendem que mesmo não sendo possível conseguir alcançar o resultado prometido pelo profissional liberal, a obrigação será de resultado e o profissional será obrigado a indenizar o consumidor caso não consiga atingir tal resultado. Os doutrinadores que seguem essa corrente entendem que o profissional deverá ser responsabilizado, pois só foi contratado seu serviço pela promessa do resultado.

Entretanto, há doutrinadores que entendem que o fato de um profissional liberal assegurar um resultado não irá definir a natureza de sua obrigação, pois esta continua sendo sempre a de prestar um serviço que traz consigo um risco. Um profissional não pode ser responsabilizado por ter prometido alcançar um resultado impossível. Dessa forma, para se estabelecer se uma obrigação pode ser garantida ou não, deve-se analisar os meios empregados, as técnicas da época em que está adstrito o caso concreto.

Especificamente aos engenheiros, alguns doutrinadores entendem que a obrigação assumida por eles é de meio, ficando obrigado apenas a colocar sua habilidade, técnica, prudência e diligência no sentido de atingir um resultado, sem se vincular a obtê-lo. Já para outros, a responsabilidade do engenheiro é de resultado, pois se obriga pela boa execução da obra, de modo a garantir sua solidez e capacidade para atender ao objetivo para o qual foi encomendada.

4.4 A EXCEÇÃO DO PARÁGRAFO 4º DO ARTIGO 14 DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

O art. 14 do CDC dispõe sobre a responsabilidade por danos causados aos consumidores, consagrando a responsabilidade objetiva do fornecedor de serviço, sendo que

este responde independentemente de culpa, pela reparação dos danos causados em decorrência de serviços prestados de forma defeituosa.

Entretanto, em seu § 4º o referido artigo prevê a responsabilidade pessoal dos profissionais liberais, tendo como pressuposto a verificação da culpa. Para Zelmo Denari⁷¹ (2004, p. 196) essa exceção se verifica em razão da natureza *intuitu personae* dos serviços prestados pelos profissionais liberais. Segundo o autor, os profissionais liberais só serão responsabilizados quando restar provado que agiu com negligência, imprudência ou imperícia.

Essa assertiva não parece ser a mais correta, pois nos dias de hoje não há mais a necessidade de a prestação do serviço pelo profissional liberal ser pessoal.

Segundo alguns autores, razão da imposição dessa exceção baseia-se no fato de que os profissionais liberais realizam habitualmente contratos com obrigações de meio e não de resultado, pois não podem garantir a perfeição dos seus serviços, pois os resultados destes estariam sempre na dependência de fatores alheios ao seu empenho e dependência.

Ressalte-se, porém, que, mesmo havendo a necessidade de verificação da culpa para que o profissional liberal seja responsabilizado, o consumidor continua a ser beneficiado pelas normas protetivas do CDC, como por exemplo, a inversão do ônus probatório.

Contudo, a teoria da culpa já não se mostra adequada para ser aplicada em todos os casos de responsabilidade civil de ordem pessoal dos profissionais liberais, principalmente nos casos em que se assume uma obrigação de resultado. Portanto, essa exceção deve ser adaptada.

Em grande parte dos serviços prestados por profissionais liberais é assumida uma obrigação de meio, ou seja, o profissional se obriga apenas a utilizar de todos os meios necessários e adequados para chegar a um fim predeterminado.

⁷¹ DENARI, Zelmo. Código Brasileiro de Defesa do Consumidor: comentado pelos autores do anteprojeto / Ada Pellegrini Grinover... [et. al]. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004. p. 196.

Nos casos de obrigações de meio, restará ao consumidor provar a culpa do profissional, ou seja, que ele não agiu com atenção, diligência e cuidados adequados na execução do contrato. Contudo, o CDC elencou como direito básico do consumidor a facilitação de sua defesa, como a inversão do ônus da prova.

Sendo assim, mesmo nas obrigações de meio será possível inverter o ônus da prova. Já em relação às obrigações de resultado, o ônus probatório será invertido automaticamente, devendo o profissional liberal responder com presunção de culpa.

Dessa forma, para o profissional liberal se eximir da responsabilidade, deve, além das hipóteses de exclusão da responsabilidade elencadas no CDC, provar que não agiu culposamente, caso contrário, será responsabilizado.

Para Oscar Ivan Prux⁷² (2007, p. 119) a exceção do parágrafo 4º só se aplica aos profissionais liberais quando se tratar de fato do serviço, ou seja, quando ocorre perigo à incolumidade física do consumidor. Já quando se tratar de vício do serviço, tal exceção não será aplicada.

Seguido mesmo entendimento, Paulo Luiz Netto Lôbo⁷³ (1996, p. 60) aduz que a exceção se refere apenas à responsabilidade pelo fato do serviço; ao dano, mas não ao vício. Entende que em se tratando de dano, impõe-se a verificação da culpa, pois a obrigação assumida pelo profissional é de meio e não de resultado.

Ainda segundo o autor, se fosse aceita a exceção em caso de vício do serviço, o princípio de defesa do consumidor estaria seriamente comprometido, pois seria muito difícil ao consumidor provar a culpa do profissional.

Pode ocorrer também que uma mesma obrigação contenha obrigações que sejam de meio e outras que sejam resultado. Assim sucedendo, deverá ser aplicado, a cada uma das obrigações, os critérios correspondentes. Podemos citar o caso do engenheiro contratado para dar um parecer sobre determinada obra em 30 dias. Com relação a feitura do parecer, sua

⁷² Op. Cit. p. 119.

⁷³ Op. Cit. p. 60.

qualidade técnica, parece claro ser uma obrigação de meio; já em relação ao prazo de sua entrega, não resta dúvida que seja uma obrigação de resultado.

Cabe ainda salientar que a exceção é somente em relação à responsabilidade pessoal do profissional, pois caso os serviços sejam prestados por pessoas jurídicas, a responsabilidade será objetiva. Sendo assim, o engenheiro civil responde mediante a verificação de sua culpa, já as empresas de engenharia respondem objetivamente, pois a exceção do § 4º se refere apenas à responsabilidade pessoal do profissional liberal.

Dessa forma, pode-se concluir que em relação ao fato do serviço, a responsabilidade do profissional liberal será apurada mediante a verificação de culpa, devendo, para tanto, distinguir a obrigação assumida. Sendo de meio, deverá o consumidor provar a culpa do profissional, salvo se for caso de inversão do ônus da prova; já se a obrigação for de resultado, a inversão se dá automaticamente, devendo o profissional provar que não laborou com culpa. Já em relação ao vício do serviço, a responsabilidade do profissional será objetiva.

4.5 CLÁUSULA DE NÃO INDENIZAR

A cláusula de não indenizar também chamada por alguns autores de cláusula de irresponsabilidade costumam ser encontrada nas relações contratuais. Trata-se de uma cláusula onde uma das partes (fornecedor) declara que não será responsável por danos advindos do contrato ou por seu inadimplemento total ou parcial.

Sílvio Rodrigues⁷⁴ (2007, p. 179) a conceitua de forma clara, *in verbis*:

“A cláusula de não indenizar é aquela estipulação através da qual uma das partes contratantes declara, com a concordância da outra, que não será responsável pelo dano por esta experimentado, resultante da inexecução ou da execução inadequada de um contrato, dano este que, se na cláusula, deveria ser ressarcido pelo estipulante”.

A admissibilidade da cláusula de não indenizar funda-se no princípio da autonomia da vontade e na liberdade de contratar, entretanto, para muitos doutrinadores essa cláusula é nula, pois é imoral e contrária ao interesse social.

⁷⁴ Op. Cit. p. 179.

O limite de alcance da cláusula de indenizar é a responsabilidade contratual, sendo que não pode ser admitida na responsabilidade extracontratual, pois nesta as partes nada contratam. Aceitar a cláusula de não indenizar nesta responsabilidade (extracontratual) seria estimular a negligência, imprudência e a imperícia, contrariando todo o interesse da sociedade.

Entretanto, somente a norma relativa a interesse individual, estritamente particular, pode ser afastada pela cláusula de não indenizar, não sendo permitida, portanto, em relação às normas que visam à proteção da ordem pública e dos bons costumes. Essa cláusula também não pode ser ajustada para afastar ou transferir obrigações essenciais do contratante.

A maioria dos doutrinadores entende que a cláusula deve ser adotada com restrições, como decorrência da autonomia da vontade negocial. No entanto, essa cláusula só pode ocorrer nos contratos livremente negociados, jamais nos contratos de adesão.

Porém, o Código de Defesa do Consumidor, em seus art. 25 e 51, inciso I, afastou a cláusula de não indenizar. Assim reza o art. 25 *in verbis*: “É vedada a estipulação contratual de cláusula que impossibilite, exonere ou atenuie a obrigação de indenizar prevista nesta e nas Seções anteriores”.

Assim, a cláusula que tenha por objetivo exonerar, impossibilitar ou atenuar a responsabilidade do fornecedor pela reparação dos danos por vícios de qualquer natureza dos produtos e serviços ficam proibidas pelo sistema do Código consumerista.

Também ficam proibidas cláusulas que exonem, impossibilitem ou atenuem a obrigação legal de o fornecedor indenizar os danos decorrentes dos acidentes de consumo ou fato do produto, pois estes são sempre indenizáveis.

Fica, também, proibida qualquer cláusula exonerativa ou limitativa de indenização referente às demais obrigações de indenizar derivadas de contrato, como por exemplo, as cláusulas de exoneração de responsabilidade do fornecedor por danos decorrentes da mora ou cumprimento defeituoso da prestação.

Dessa forma, qualquer cláusula exonerativa, que impossibilite ou atenuie a obrigação do fornecedor é considerada não escrita, ou seja, nula de pleno direito, e deve ser desconsideradas pelos respectivos usuários da prestação de serviços.

A única exceção permitindo a limitação de indenização no CDC está na parte final do inciso I do art. 51, referindo-se ao consumidor pessoa jurídica. Assim aduz: “[...] Nas relações de consumo entre o fornecedor e o consumidor-pessoa jurídica, a indenização poderá ser limitada, em situações justificáveis;”.

Entretanto, não será em todas as situações envolvendo consumidor pessoa jurídica que será permitida a limitação da indenização, pois o próprio Código diz que será permitida somente em situações justificáveis. Portanto, caberá ao juiz, ao analisar o caso concreto, dizer quando que a situação é justificável ou não para que se dê eficácia à cláusula limitadora. Deve também, existir razoável equilíbrio entre o fornecedor e o consumidor pessoa jurídica.

Oscar Ivan Prux⁷⁵ (2007, p. 343) entende se tratar de dispositivo de maior interesse dos profissionais liberais, pois, com frequência, estão envolvidos com contratos de consumo nos quais seus consumidores é infinitamente mais potente no mercado. Para o autor, se a lei, com o objetivo de proteger o consumidor (pessoa física), o trata de forma privilegiada em detrimento do fornecedor, visando um equilíbrio da relação contratual e efetiva igualdade entre os contratantes, por que não, proteger também o fornecedor quando este for a parte mais fraca da relação contratual.

Vale salientar que a cláusula exonerativa de responsabilidade está proibida no CDC, mesmo para os contratos com consumidor pessoa jurídica.

Dessa forma, conclui-se que as partes podem dispor no contrato como quiserem desde que respeitado o limite de não infringir, por cláusula contratual ou qualquer outra forma, o dever do fornecedor de prestar um serviço de qualidade, indenizando plenamente quando ela ficar aquém daquele mínimo que lhe é fundamental e indispensável.

⁷⁵ Op. Cit. p. 343.

5. DA PRESCRIÇÃO E DA DECADÊNCIA

Para que o credor possa exercer o seu direito de reparação, cabe a este exigir o cumprimento da prestação em um determinado lapso temporal. Não o fazendo dentro desse tempo legalmente previsto, dar-se-á a prescrição, ficando extinto o direito definitivamente constituído por inatividade do titular (credor).

Silvio Rodrigues⁷⁶ (2007, p. 324) expondo um conceito de Clóvis Beviláqua define a prescrição “como sendo a perda da ação atribuída a um direito e de toda a sua capacidade defensiva, em consequência do não-uso delas, durante um determinado espaço de tempo”.

A decadência, para Zelmo Denari⁷⁷ (2004, p. 223) “deve ser entendida como a extinção de direitos subjetivos que deixaram de ser constituídos pela inércia dos respectivos titulares, em determinado período de tempo”.

Ainda segundo Silvio Rodrigues, a prescrição é suscetível de ser interrompida e não corre contra determinadas pessoas; já os prazos de decadência fluem inexoravelmente contra quem quer que seja nem se suspendendo nem se interrompendo. Aduz ainda que na prescrição o que perece é a ação que garante o direito, enquanto na decadência é o próprio direito que fenece.

O Código de Defesa do Consumidor também regulamentou os institutos da prescrição e da decadência em seu artigo 26, tratando dos prazos decadenciais relativos aos vícios e artigo 27 referente ao prazo da prescrição quando o dano resultar do fato do produto ou do serviço.

⁷⁶ Op. Cit. p. 324.

⁷⁷ Op. Cit. p. 223.

O art. 26 do CDC disciplina a extinção do direito de reclamar por vícios aparentes ou de fácil constatação que tornem os bens ou serviços impróprios ou inadequados ao consumo. Ainda estabelece o prazo que o credor terá para fazer sua reclamação, sob pena de caducidade: a) 30 dias, para fornecimento de serviços ou produtos não duráveis; e b) 90 dias, para fornecimento de serviços ou produtos duráveis.

O início da contagem dos prazos decadenciais (90 ou 30 dias) se dá a partir da entrega efetiva do produto ou do término da execução dos serviços (§ 1º, art. 26), ressalvado os casos de vício oculto, cuja contagem se inicia no momento em que ficar evidenciado o defeito (§ 3º).

Entende-se por vício oculto aquele que não se visualiza de pronto, de difícil constatação. Já o vício aparente é aquele que se revela ao consumidor na data da tradição, de fácil constatação.

Por serviços duráveis (o que realmente interessa nesse trabalho) entende ser aqueles que têm por finalidade o fornecimento continuado no tempo, assim determinado como indeterminado; já por serviços não duráveis entende ser aqueles de execução instantânea ou de fornecimento único em curto espaço de tempo, não integrando sua natureza a continuidade ou a aparência.

No entanto, se o vício se manifestar no curso do prazo de garantia, o consumidor poderá utilizar as alternativas previstas nos incs. I, II e III do art. 18, CDC, observando-se os prazos de caducidade de 30 e 90 dias. Entretanto, se o vício oculto se manifestar após o término do prazo contratual (período correspondente à degradação de consumo), o fornecedor não poderá ser compelido a aceitar umas das três alternativas, pois a data limite para efeito da exoneração da responsabilidade do fornecedor coincide com a data limite da garantia legal, ou seja, a responsabilidade do fornecedor não pode ser eternizada por vícios ocultos dos produtos ou dos serviços.

Nos termos do § 2º do art. 26, a decadência será obstada pela reclamação formulada pelo consumidor até a resposta negativa do fornecedor, e pela instauração de inquérito civil, até seu encerramento.

Nesse caso, o termo obsta tem efeito suspensivo, ou seja, paralisa o tempo decorrido e, terminada a suspensão, o prazo retoma o seu curso de onde parou. A intenção do legislador não foi interromper (começa a contar o prazo novamente), mas suspender o prazo decadencial.

Sendo assim, terminado o prazo obstativo, a decadência retoma o seu curso até completar o prazo legalmente previsto de 30 ou 90 dias.

O artigo 27 do CDC assevera que prescreve em cinco anos a pretensão de reparação dos danos causados por fato do produto ou do serviço e que a contagem desse prazo se inicia a partir do conhecimento do dano e de sua autoria.

Assim sendo, o prazo de cinco anos só começa a correr a partir do momento em que o consumidor tenha efetivo conhecimento de que foi vítima de um acidente de consumo e quem foi o autor do fato.

Em consonância com o CDC, se o dano for causado por falta de solidez e segurança da obra (fato do serviço), o consumidor (dono da obra) terá o prazo de garantia de cinco anos para reclamar a responsabilidade do empreiteiro. Dessa forma, o construtor tem o prazo de garantia de cinco anos e o consumidor o prazo decadencial de 30 ou 90 dias (serviços não duráveis ou serviços duráveis) para reclamar do problema surgido no prazo de garantia. Esse prazo (30 ou 90) começa a contar a partir da data de entrega da obra, ou quando o dano ficar evidenciado, no caso de vício oculto.

Se o vício se apresentar depois da entrega da obra, mas dentro do prazo de garantia, o consumidor terá o prazo decadencial de (30 ou 90) dias para pleitear a imperfeição por falta de solidez e segurança da obra. Entretanto, se o vício oculto se manifestar após o prazo de garantia, o consumidor pode se utilizar do prazo prescricional de dez anos (art. 205, CC) para obter a perfeição da obra por defeito de construção. Vale salientar que, após decorrido o prazo de garantia (cinco anos) não cabe mais ao consumidor mover ação por falta de solidez e segurança da obra, mas por perfeição da obra por defeito de construção. Entretanto, se decorridos os dez anos e o consumidor não se manifestou sobre o vício, perderá o direito de propor ação para reposição da obra em perfeito estado.

Desse modo, ao consumidor é dado um prazo de garantia da obra de cinco anos. Se nesse prazo aparecer algum defeito na obra, este terá um prazo decadencial de 30 ou 90 dias, conforme for serviço não durável ou durável, para pleitear do fornecedor uma das três alternativas (reexecução dos serviços, restituição da quantia paga ou abatimento proporcional do preço). Caso o defeito só apareça após o prazo quinquenal, o fornecedor não será mais compelido a aceitar uma das três alternativas, mas ainda resta ao consumidor o prazo prescricional de dez anos oferecido pelo Código Civil, para que o fornecedor seja responsabilizado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Código de Defesa do Consumidor (Lei nº. 8.078/90) surgiu para regulamentar as relações de consumo que estavam desequilibradas devido às grandes mudanças ocorridas ao longo da história da humanidade.

O CDC conceituou consumidor *stricto sensu* como sendo aquela pessoa, física ou jurídica, que vem a adquirir ou utilizar um produto ou serviço na condição de destinatário final (art. 2º). Contudo, a conceituação de destinatário final é interpretada por duas correntes distintas: os finalistas e os maximalistas.

Para a corrente finalista o destinatário final é o destinatário fático e econômico do bem ou serviço, tendo de retirá-lo da cadeia de produção e também utilizá-lo para si ou para sua família. Já para os maximalistas, o destinatário final é aquele que retira o produto do mercado, o utiliza e consome. Sendo que a definição do *caput* do art. 2º do CDC deve ser interpretado o mais extensivo possível, para que as suas normas possam servir a toda sociedade de consumo.

A responsabilidade civil faz parte do cotidiano dos brasileiros, sendo inegável sua importância. O homem passou a buscar ressarcimento para os danos advindos de atos ilícitos, que afetam o equilíbrio social. Destarte, a responsabilidade civil é a obrigação de uma pessoa indenizar a outra por um dano sofrido. Esta responsabilidade pode ser contratual ou extracontratual, subjetiva ou objetiva.

O CDC prevê, igualmente, a proteção para pessoas que, embora não constituindo consumidor em sentido estrito, possam sofrer os efeitos oriundos das atividades dos fornecedores no mercado, equiparando-se, então, a consumidor, a coletividade de pessoas, ainda que indetermináveis, que haja intervindo nas relações de consumo; todas as vítimas do evento danoso; e as pessoas expostas às práticas comerciais e à disciplina contratual.

Outro pólo da relação de consumo é o fornecedor, definido pelo *caput* do art. 3º, podendo ser pessoa física ou jurídica, pública ou privada, nacional ou estrangeira, como também entes despersonalizados, que desenvolvam atividades de produção, montagem, criação, construção, transformação, importação, exportação, distribuição ou comercialização de produtos ou prestação de serviços.

Segundo o CDC serviço é toda prestação de atividade fornecida no mercado de consumo, podendo ser de natureza bancária, financeira, de crédito, securitária, com exceção das decorrentes de relação trabalhista.

O profissional liberal é aquela pessoa que, no exercício de suas atividades laborais, é diferenciada por ter conhecimentos técnicos que são reconhecidos em um diploma universitário, exercendo seu trabalho por conta própria e de cunho intelectual, dentro da área em que é formado. Entretanto, há doutrinadores que entendem não haver necessidade do diploma de curso superior e defendem a possibilidade de poderem ser empregados.

Enquanto fornecedor de serviços, o profissional liberal deve observar os princípios da boa-fé, transparência e informação.

Para que não haja desequilíbrio na relação de consumo, o profissional liberal deve agir com transparência na contratação, prestando informações claras e precisas ao consumidor, em todas as fases da negociação.

Nas relações de consumo envolvendo profissionais liberais como fornecedores, a inversão do ônus da prova é perfeitamente cabível, sendo instrumento imperioso na apuração envolvendo contratos com obrigação de resultado, e providência extremamente valiosa na correção das distorções surgidas quando a prova é inviável para o consumidor e factível para o fornecedor.

Numa mesma contratação as obrigações do profissional liberal prestador do serviço podem ser divididas em obrigações de labor e de dar (acrescentar ao serviço os produtos que o compõem). Também pode um mesmo contrato conter, simultaneamente, obrigações de meio e

obrigações de resultado, com conseqüências distintas quanto a cada uma na hora da responsabilização.

O Código de Defesa do Consumidor modificou o sistema da responsabilidade civil do Código Civil brasileiro, adotando, como regra, a responsabilidade objetiva. Contudo, admitiu uma exceção no tocante à responsabilidade civil pessoal dos profissionais liberais, quando fornecedores de serviços, que serão responsabilizados mediante comprovação de culpa (art. 14, § 4º).

A exceção do § 4º, que impõe que a responsabilidade pessoal dos profissionais liberais tenha como requisito indispensável a prévia demonstração da culpa, foi mal posta pelo legislador. Ao abraçar de forma sucinta e irrestrita a teoria subjetiva, sua redação padeceu de uma melhor elaboração. Assim, o legislador deveria ter aproveitado a oportunidade para, em um texto legal mais detalhado, manter vinculadas irrestritamente ao princípio da culpa apenas as obrigações consideradas de meio, levando as de resultado para um tipo de responsabilidade em que a inversão do ônus da prova fosse obrigatória, de modo a obter um regime jurídico muito mais justo.

O profissional pode ser responsabilizado pelos danos advindos do fato do serviço (atinge sua saúde ou segurança, ou seja, quando o consumidor vier a ser vítima de acidente de consumo), bem como pelos danos decorrentes do vício do serviço prestado (os que afetam a incolumidade patrimonial do consumidor, constituindo um incidente de consumo).

Deve ser aplicada a responsabilidade pelo fato do serviço quando o serviço for considerado defeituoso por afetar a segurança do consumidor ou colocá-lo em risco. No entanto, encontram-se divergências nos posicionamentos dos doutrinadores, sendo que entendo ser mais adequada a idéia de que os profissionais liberais, quando contratados por obrigação de meio, respondam mediante prova de sua culpa pelo consumidor, podendo haver a inversão do ônus da prova. Já quando se tratar de obrigação de resultado, se presume a culpa dos profissionais liberais.

Em relação a responsabilidade por vício do serviço, ouve uma omissão do legislador, deixando margem a várias interpretações, dentre as quais entendo que o profissionais liberais

serão responsabilizados pelos vícios do serviço, independentemente de culpa, quando contrair obrigação de resultado, e através da teoria subjetiva com presunção de culpa, quando se tratar de obrigação de meio.

A limitação da indenização por parte do profissional liberal fornecedor, dever ser utilizada pelos julgadores sempre que a pessoa jurídica consumidora de seus serviços for reconhecidamente a parte mais forte na relação de consumo.

O direito de restituição em caso de vício de serviço só deve ser possível caso o serviço tenha sido pago e não tenha sido realizado, ou se realizado, não esteja servindo ao consumidor.

O consumidor terá um prazo de garantia de cinco anos para aparecimento de defeitos na obra, sendo que, constatado o defeito, deverá reclamar seu direito dentro do prazo decadencial de 30 ou 90 dias (conforme for serviço não durável ou durável). Se o defeito aparecer depois desse prazo de garantia, resta ainda ao consumidor o prazo prescricional de dez anos oferecido pelo Código Civil.

Ao se submeter às determinações do Código de Defesa do Consumidor, o construtor será responsabilizado pelos danos causados pelo serviço executado. É também obrigatório ao construtor, atendendo ao princípio da transparência, informar ao consumidor as especificações técnicas dos produtos, seus riscos e cuidados com sua utilização.

Quando o engenheiro agir com má-fé, negligência, imprudência ou imperícia, será submetido a um dos vários direitos previstos no CDC, como abatimento no preço, indenização por perdas e danos, recuperação do serviço ou obra mal executada etc.

O CDC dá ao consumidor a prerrogativa de anular cláusulas consideradas abusivas, como por exemplo, as que permitam ao fornecedor modificações ou cancelamento de obrigações contratuais de maneira unilateral; criem obrigação iníqua, abusiva, incompatível com a boa-fé e a equidade; isentem ou diminuam a responsabilidade do fornecedor por vícios de qualquer natureza nos produtos e serviços, ou resultem em renúncia ou disposição de direito que, por força desta lei, é inegociável, irrenunciável e indisponível.

Sempre deve ter em mente que a matéria relativa ao consumo é de suma importância para o mundo moderno, devido a sua complexidade e os valores que podem atingir, sendo que a conscientização e educação das pessoas serão responsáveis pela efetiva utilização do Código de Defesa do Consumidor, bem como pelo melhor entendimento do sistema da responsabilidade civil contido nele.

REFERÊNCIAS

- CARVALHO, Acelino Rodrigues. **Pressupostos da Responsabilidade Civil**. São Paulo: Editora de Direito. 2005. 112 p.
- Código Brasileiro de Defesa do Consumidor: comentado pelos autores do anteprojeto / Ada Pellegrini Grinover... [et. al.]. – Rio de Janeiro: Forense Universitária. 2004. 1161 p.
- Dicionário Escolar de Língua Portuguesa / Compilado por Alfredo Scottini. Blumenau: Edições Todolivre. 1998. p. 454.
- DINIZ, Maria Helena. **Curso de Direito Civil Brasileiro**. 7º volume: Responsabilidade Civil. 21.ed. rev. e atual. de acordo com a reforma do CPC. São Paulo: Saraiva. 2007. 682 p.
- FILHO, Sérgio Cavalieri. **Programa de Responsabilidade Civil**. 6.ed. revista, aumentada e atualizada. São Paulo: Editora Malheiros. 2005. 580 p.
- LÔBO, Paulo Luiz Netto. **Responsabilidade por Vício do Produto ou do Serviço**. 1.ed. Brasília: Livraria e Editora Brasília Jurídica. 1996. 126 p.
- Novo Código Civil Comentado. Coordenação Ricardo Fiúza. 4.ed. São Paulo: Saraiva. 2005. 1904 p.
- PRUX, Oscar Ivan. **A Responsabilidade Civil do Profissional Liberal no Código de Defesa do Consumidor**. 1.ed. Belo Horizonte: Del Rey. 2007. 367 p.
- RIBAR, Georgia. **O Sistema da Responsabilidade Civil do Profissional Liberal no Código de Defesa do Consumidor**. São Paulo: LTr. 2003. 141 p.
- RODRIGUES, Silvio. **Direito Civil**. v. 1. Parte Geral. 34.ed. São Paulo: Saraiva. 2003. 354 p.
- _____. **Direito Civil**. v. 4. Responsabilidade Civil. 20.ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva. 2003. p. 6; 14-16; 189.
- SANSEVERINO, Paulo de Tarso Vieira. **Responsabilidade Civil no Código do Consumidor e a Defesa do Fornecedor**. 2.ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva. 2007. 392 p.
- VASCONCELOS, Fernando Antônio de. **Responsabilidade de Profissional Liberal nas Relações de Consumo**. 2.ed. rev. e atual. Curitiba: Juruá. 2007. 191 p.
- VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito Civil: Responsabilidade Civil**. 7.ed. São Paulo: Atlas. 2007. 321 p.

ANEXOS



**Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos**

LEI Nº 5.194, DE 24 DE DEZEMBRO DE 1966.

Regula o exercício das profissões de Engenheiro, Arquiteto e Engenheiro-Agrônomo, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA , faço saber que o CONGRESSO NACIONAL decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

O CONGRESSO NACIONAL DECRETA:

TÍTULO I

Do Exercício Profissional da Engenharia, da Arquitetura e da Agronomia

CAPÍTULO I

Das Atividades Profissionais

SEÇÃO I

Caracterização e Exercício das Profissões

Art . 1º As profissões de engenheiro, arquiteto e engenheiro-agrônomo são caracterizadas pelas realizações de interesse social e humano que importem na realização dos seguintes empreendimentos:

- a) aproveitamento e utilização de recursos naturais;
- b) meios de locomoção e comunicações;
- c) edificações, serviços e equipamentos urbanos, rurais e regionais, nos seus aspectos técnicos e artísticos;
- d) instalações e meios de acesso a costas, cursos e massas de água e extensões terrestres;
- e) desenvolvimento industrial e agropecuário.

Art . 2º O exercício, no País, da profissão de engenheiro, arquiteto ou engenheiro-agrônomo, observadas as condições de capacidade e demais exigências legais, é assegurado:

- a) aos que possuam, devidamente registrado, diploma de faculdade ou escola superior de engenharia, arquitetura ou agronomia, oficiais ou reconhecidas, existentes no País;

b) aos que possuam, devidamente revalidado e registrado no País, diploma de faculdade ou escola estrangeira de ensino superior de engenharia, arquitetura ou agronomia, bem como os que tenham êsse exercício amparado por convênios internacionais de intercâmbio;

c) aos estrangeiros contratados que, a critério dos Conselhos Federal e Regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, considerados a escassez de profissionais de determinada especialidade e o interesse nacional, tenham seus títulos registrados temporariamente.

Parágrafo único. O exercício das atividades de engenheiro, arquiteto e engenheiro-agrônomo é garantido, obedecidos os limites das respectivas licenças e excluídas as expedidas, a título precário, até a publicação desta Lei, aos que, nesta data, estejam registrados nos Conselhos Regionais.

SEÇÃO II

Do uso do Título Profissional

Art . 3º São reservadas exclusivamente aos profissionais referidos nesta Lei as denominações de engenheiro, arquiteto ou engenheiro-agrônomo, acrescidas obrigatoriamente, das características de sua formação básica.

Parágrafo único. As qualificações de que trata êste artigo poderão ser acompanhadas de designações outras referentes a cursos de especialização, aperfeiçoamento e pós-graduação.

Art . 4º As qualificações de engenheiro, arquiteto ou engenheiro-agrônomo só podem ser acrescidas à denominação de pessoa jurídica composta exclusivamente de profissionais que possuam tais títulos.

Art . 5º Só poderá ter em sua denominação as palavras engenharia, arquitetura ou agronomia a firma comercial ou industrial cuja diretoria fôr composta, em sua maioria, de profissionais registrados nos Conselhos Regionais.

SEÇÃO III

Do exercício ilegal da profissão

Art . 6º Exerce ilegalmente a profissão de engenheiro, arquiteto ou engenheiro-agrônomo:

a) a pessoa física ou jurídica que realizar atos ou prestar serviços público ou privado reservados aos profissionais de que trata esta lei e que não possua registro nos Conselhos Regionais;

b) o profissional que se incumbir de atividades estranhas às atribuições discriminadas em seu registro;

c) o profissional que emprestar seu nome a pessoas, firmas, organizações ou empresas executoras de obras e serviços sem sua real participação nos trabalhos delas;

d) o profissional que, suspenso de seu exercício, continue em atividade;

e) a firma, organização ou sociedade que, na qualidade de pessoa jurídica, exercer atribuições reservadas aos profissionais da engenharia, da arquitetura e da agronomia, com infringência do disposto no parágrafo único do art. 8º desta lei.

SEÇÃO IV

Atribuições profissionais e coordenação de suas atividades

Art . 7º As atividades e atribuições profissionais do engenheiro, do arquiteto e do engenheiro-agrônomo consistem em:

a) desempenho de cargos, funções e comissões em entidades estatais, paraestatais, autárquicas, de economia mista e privada;

b) planejamento ou projeto, em geral, de regiões, zonas, cidades, obras, estruturas, transportes, explorações de recursos naturais e desenvolvimento da produção industrial e agropecuária;

c) estudos, projetos, análises, avaliações, vistorias, perícias, pareceres e divulgação técnica;

d) ensino, pesquisas, experimentação e ensaios;

e) fiscalização de obras e serviços técnicos;

f) direção de obras e serviços técnicos;

g) execução de obras e serviços técnicos;

h) produção técnica especializada, industrial ou agro-pecuária.

Parágrafo único. Os engenheiros, arquitetos e engenheiros-agrônomo poderão exercer qualquer outra atividade que, por sua natureza, se inclua no âmbito de suas profissões.

Art . 8º As atividades e atribuições enunciadas nas alíneas a , b , c , d , e e f do artigo anterior são da competência de pessoas físicas, para tanto legalmente habilitadas.

Parágrafo único. As pessoas jurídicas e organizações estatais só poderão exercer as atividades discriminadas nos art. 7º, com exceção das contidas na alínea " a ", com a participação efetiva e autoria declarada de profissional legalmente habilitado e registrado pelo Conselho Regional, assegurados os direitos que esta lei lhe confere.

Art . 9º As atividades enunciadas nas alíneas g e h do art. 7º, observados os preceitos desta lei, poderão ser exercidas, indistintamente, por profissionais ou por pessoas jurídicas.

Art . 10. Cabe às Congregações das escolas e faculdades de engenharia, arquitetura e agronomia indicar, ao Conselho Federal, em função dos títulos apreciados através da formação profissional, em termos genéricos, as características dos profissionais por ela diplomados.

Art . 11. O Conselho Federal organizará e manterá atualizada a relação dos títulos concedidos pelas escolas e faculdades, bem como seus cursos e currículos, com a indicação das suas características.

Art . 12. Na União, nos Estados e nos Municípios, nas entidades autárquicas, paraestatais e de economia mista, os cargos e funções que exijam conhecimentos de engenharia, arquitetura e agronomia, relacionados conforme o disposto na alínea " g " do art. 27, somente poderão ser exercidos por profissionais habilitados de acôrdo com esta lei.

Art . 13. Os estudos, plantas, projetos, laudos e qualquer outro trabalho de engenharia, de arquitetura e de agronomia, quer público, quer particular, somente poderão ser submetidos ao julgamento das autoridades competentes e só terão valor jurídico quando seus autores forem profissionais habilitados de acôrdo com esta lei.

Art . 14. Nos trabalhos gráficos, especificações, orçamentos, pareceres, laudos e atos judiciais ou administrativos, é obrigatória além da assinatura, precedida do nome da empresa, sociedade, instituição ou firma a que interessarem, a menção explícita do título do profissional que os subscrever e do número da carteira referida no art. 56.

Art . 15. São nulos de pleno direito os contratos referentes a qualquer ramo da engenharia, arquitetura ou da agronomia, inclusive a elaboração de projeto, direção ou execução de obras, quando firmados por entidade pública ou particular com pessoa física ou jurídica não legalmente habilitada a praticar a atividade nos termos desta lei.

Art . 16. Enquanto durar a execução de obras, instalações e serviços de qualquer natureza, é obrigatória a colocação e manutenção de placas visíveis e legíveis ao público, contendo o nome do autor e co-autores do projeto, em todos os seus aspectos técnicos e artísticos, assim como os dos responsáveis pela execução dos trabalhos.

CAPÍTULO II

Da responsabilidade e autoria

Art . 17. Os direitos de autoria de um plano ou projeto de engenharia, arquitetura ou agronomia, respeitadas as relações contratuais expressas entre o autor e outros interessados, são do profissional que os elaborar.

Parágrafo único. Cabem ao profissional que os tenha elaborado os prêmios ou distinções honoríficas concedidas a projetos, planos, obras ou serviços técnicos.

Art . 18. As alterações do projeto ou plano original só poderão ser feitas pelo profissional que o tenha elaborado.

Parágrafo único. Estando impedido ou recusando-se o autor do projeto ou plano original a prestar sua colaboração profissional, comprovada a solicitação, as alterações ou modificações dêles poderão ser feitas por outro profissional habilitado, a quem caberá a responsabilidade pelo projeto ou plano modificado.

Art . 19. Quando a concepção geral que caracteriza um plano ou, projeto fôr elaborada em conjunto por profissionais legalmente habilitados, todos serão considerados co-autores do projeto, com os direitos e deveres correspondentes.

Art . 20. Os profissionais ou organizações de técnicos especializados que colaborarem numa parte do projeto, deverão ser mencionados explicitamente como autores da parte que lhes tiver sido confiada, tornando-se mister que todos os documentos, como plantas, desenhos, cálculos, pareceres, relatórios, análises, normas, especificações e outros documentos relativos ao projeto, sejam por êles assinados.

Parágrafo único. A responsabilidade técnica pela ampliação, prosseguimento ou conclusão de qualquer empreendimento de engenharia, arquitetura ou agronomia caberá ao profissional ou entidade registrada que aceitar êsse encargo, sendo-lhe, também, atribuída a responsabilidade das obras, devendo o Conselho Federal dotar resolução quanto às responsabilidades das partes já executadas ou concluídas por outros profissionais.

Art . 21. Sempre que o autor do projeto convocar, para o desempenho do seu encargo, o concurso de profissionais da organização de profissionais, especializados e legalmente habilitados, serão êstes havidos como co-responsáveis na parte que lhes diga respeito.

Art . 22. Ao autor do projeto ou a seus prepostos é assegurado o direito de acompanhar a execução da obra, de modo a garantir a sua realização de acôrdo com as condições, especificações e demais pormenores técnicos nêle estabelecidos.

Parágrafo único. Terão o direito assegurado neste artigo, ao autor do projeto, na parte que lhes diga respeito, os profissionais especializados que participarem, como co-responsáveis, na sua elaboração.

Art . 23. Os Conselhos Regionais criarão registros de autoria de planos e projetos, para salvaguarda dos direitos autorais dos profissionais que o desejarem.

TÍTULO II

Da fiscalização do exercício das profissões

CAPÍTULO I

Dos órgãos fiscalizadores

Art . 24. A aplicação do que dispõe esta lei, a verificação e fiscalização do exercício e atividades das profissões nela reguladas serão exercidas por um Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CONFEA) e Conselhos Regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREA), organizados de forma a assegurarem unidade de ação.

Art . 25. Mantidos os já existentes, o Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia promoverá a instalação, nos Estados, Distrito Federal e Territórios Federais, dos Conselhos Regionais necessários à execução desta lei, podendo, a ação de qualquer dêles, estender-se a mais de um Estado.

§ 1º A proposta de criação de novos Conselhos Regionais será feita pela maioria das entidades de classe e escolas ou faculdades com sede na nova Região, cabendo aos Conselhos atingidos pela iniciativa opinar e encaminhar a proposta à aprovação do Conselho Federal.

§ 2º Cada unidade da Federação só poderá ficar na jurisdição de um Conselho Regional.

§ 3º A sede dos Conselhos Regionais será no Distrito Federal, em capital de Estado ou de Território Federal.

CAPÍTULO II

Do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia

SEÇÃO I

Da instituição do Conselho e suas atribuições

Art . 26. O Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, (CONFEA), é a instância superior da fiscalização do exercício profissional da engenharia, da arquitetura e da agronomia.

Art . 27. São atribuições do Conselho Federal:

- a) organizar o seu regimento interno e estabelecer normas gerais para os regimentos dos Conselhos Regionais;
- b) homologar os regimentos internos organizados pelos Conselhos Regionais;
- c) examinar e decidir em última instância os assuntos relativos no exercício das profissões de engenharia, arquitetura e agronomia, podendo anular qualquer ato que não estiver de acôrdo com a presente lei;
- d) tomar conhecimento e dirimir quaisquer dúvidas suscitadas nos Conselhos Regionais;
- e) julgar em última instância os recursos sôbre registros, decisões e penalidades impostas pelos Conselhos Regionais;
- f) baixar e fazer publicar as resoluções previstas para regulamentação e execução da presente lei, e, ouvidos os Conselhos Regionais, resolver os casos omissos;
- g) relacionar os cargos e funções dos serviços estatais, paraestatais, autárquicos e de economia mista, para cujo exercício seja necessário o título de engenheiro, arquiteto ou engenheiro-agrônomo;

- h) incorporar ao seu balancete de receita e despesa os dos Conselhos Regionais;
- i) enviar aos Conselhos Regionais cópia do expediente encaminhado ao Tribunal de Contas, até 30 (trinta) dias após a remessa;
- j) publicar anualmente a relação de títulos, cursos e escolas de ensino superior, assim como, periodicamente, relação de profissionais habilitados;
- k) fixar, ouvido o respectivo Conselho Regional, as condições para que as entidades de classe da região tenham nêle direito a representação;
- l) promover, pelo menos uma vez por ano, as reuniões de representantes dos Conselhos Federal e Regionais previstas no art. 53 desta lei;
- m) examinar e aprovar a proporção das representações dos grupos profissionais nos Conselhos Regionais;
- n) julgar, em grau de recurso, as infrações do Código de Ética Profissional do engenheiro, arquiteto e engenheiro-agrônomo, elaborado pelas entidades de classe;
- o) aprovar ou não as propostas de criação de novos Conselhos Regionais;
- p) fixar e alterar as anuidades, emolumentos e taxas a pagar pelos profissionais e pessoas jurídicas referidos no art. 63.

Parágrafo único. Nas questões relativas a atribuições profissionais, decisão do Conselho Federal só será tomada com mínimo de 12 (doze) votos favoráveis.

Art . 28. Constituem renda do Conselho Federal:

- a) um décimo da renda bruta dos Conselhos Regionais;
- b) doações, legados, juros e receitas patrimoniais;
- c) subvenções.

SEÇÃO II

Da composição e organização

Art . 29. O Conselho Federal será constituído por 18 (dezoito) membros, brasileiros, diplomados em Engenharia, Arquitetura ou Agronomia, habilitados de acôrdo com esta lei, obedecida a seguinte composição:

- a) 15 (quinze) representantes de grupos profissionais, sendo 9 (nove) engenheiros representantes de modalidades de engenharia estabelecida em termos genéricos pelo Conselho Federal, no mínimo de 3 (três) modalidades, de maneira a corresponderem às formações

técnicas constantes dos registros nêle existentes; 3 (três) arquitetos e 3 (três) engenheiros-agrônomos;

b) 1 (um) representante das escolas de engenharia, 1 (um) representante das escolas de arquitetura e 1 (um) representante das escolas de agronomia.

§ 1º Cada membro do Conselho Federal terá 1 (um) suplente.

§ 2º O presidente do Conselho Federal será eleito, por maioria absoluta, dentre os seus membros.

§ 3º A vaga do representante nomeado presidente do Conselho será preenchida por seu suplente.

Art . 30. Os representantes dos grupos profissionais referidos na alínea " a " do art. 29 e seus suplentes serão eleitos pelas respectivas entidades de classe registradas nas regiões, em assembleias especialmente convocadas para êste fim pelos Conselhos Regionais, cabendo a cada região indicar, em forma de rodízio, um membro do Conselho Federal.

Parágrafo único. Os representantes das entidades de classe nas assembleias referidas neste artigo serão por elas eleitos, na forma dos respectivos estatutos.

Art . 31. Os representantes das escolas ou faculdades e seus suplentes serão eleitos por maioria absoluta de votos em assembleia dos delegados de cada grupo profissional, designados pelas respectivas Congregações.

Art . 32. Os mandatos dos membros do Conselho Federal e do Presidente serão de 3 (três) anos.

Parágrafo único. O Conselho Federal se renovará anualmente pelo têrço de seus membros.

CAPÍTULO III

Dos Conselhos Regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia

SEÇÃO I

Da instituição dos Conselhos Regionais e suas atribuições

Art . 33. Os Conselhos Regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREA) são órgãos de fiscalização do exercício das profissões de engenharia, arquitetura e agronomia, em suas regiões.

Art . 34. São atribuições dos Conselhos Regionais:

a) elaborar e alterar seu regimento interno, submetendo-o à homologação do Conselho Federal.

- b) criar as Câmaras Especializadas atendendo às condições de maior eficiência da fiscalização estabelecida na presente lei;
- c) examinar reclamações e representações acêrca de registros;
- d) julgar e decidir, em grau de recurso, os processos de infração da presente lei e do Código de Ética, enviados pelas Câmaras Especializadas;
- e) julgar em grau de recurso, os processos de imposição de penalidades e multas;
- f) organizar o sistema de fiscalização do exercício das profissões reguladas pela presente lei;
- g) publicar relatórios de seus trabalhos e relações dos profissionais e firmas registrados;
- h) examinar os requerimentos e processos de registro em geral, expedindo as carteiras profissionais ou documentos de registro;
- i) sugerir ao Conselho Federal médias necessárias à regularidade dos serviços e à fiscalização do exercício das profissões reguladas nesta lei;
- j) agir, com a colaboração das sociedades de classe e das escolas ou faculdades de engenharia, arquitetura e agronomia, nos assuntos relacionados com a presente lei;
- k) cumprir e fazer cumprir a presente lei, as resoluções baixadas pelo Conselho Federal, bem como expedir atos que para isso julguem necessários;
- l) criar inspetorias e nomear inspetores especiais para maior eficiência da fiscalização;
- m) deliberar sôbre assuntos de interêsse geral e administrativo e sôbre os casos comuns a duas ou mais especializações profissionais;
- n) julgar, decidir ou dirimir as questões da atribuição ou competência, das Câmaras Especializadas referidas no artigo 45, quando não possuir o Conselho Regional número suficiente de profissionais do mesmo grupo para constituir a respectiva Câmara, como estabelece o artigo 48;
- o) organizar, disciplinar e manter atualizado o registro dos profissionais e pessoas jurídicas que, nos têrmos desta lei, se inscrevam para exercer atividades de engenharia, arquitetura ou agronomia, na Região;
- p) organizar e manter atualizado o registro das entidades de classe referidas no artigo 62 e das escolas e faculdades que, de acôrdo com esta lei, devam participar da eleição de representantes destinada a compor o Conselho Regional e o Conselho Federal;
- q) organizar, regulamentar e manter o registro de projetos e planos a que se refere o artigo 23;

r) registrar as tabelas básicas de honorários profissionais elaboradas pelos órgãos de classe.

Art . 35. Constituem renda dos Conselhos Regionais:

- a) as taxas de expedição das carteiras profissionais e de registros;
- b) as multas aplicadas de conformidade com a presente lei;
- c) doações, legados, juros e receitas patrimoniais;
- d) subvenções.

Art . 36. Da renda bruta proveniente da arrecadação das taxas e multas referidas nas alíneas " a " e " b " do artigo anterior, o Conselho Regional recolherá um décimo ao Conselho Federal, de acôrdo com o artigo 28.

Parágrafo único. Os Conselhos Regionais destinarão anualmente a renda líquida provinda da arrecadação das multas a medidas que objetivem o aperfeiçoamento técnico e cultural do engenheiro, do arquiteto e do engenheiro-agrônomo.

SEÇÃO II

Da composição e organização

Art . 37. Os Conselhos Regionais serão constituídos de brasileiros diplomados em curso superior, legalmente habilitados de acôrdo com a presente lei, obedecida a seguinte composição:

- a) um presidente, eleito por maioria absoluta pelos membros do Conselho, com mandato de 3 (três) anos;
- b) um representante de cada escola ou faculdade de engenharia, arquitetura e agronomia com sede na Região;
- c) representantes diretos das entidades de classe de engenheiro, arquiteto e engenheiro-agrônomo, registradas na Região de conformidade com o artigo 62.

Parágrafo único. Cada membro do Conselho terá um suplente.

Art . 38. Os representantes das escolas e faculdades e seus respectivos suplentes serão indicados por suas congregações.

Art . 39. Os representantes das entidades de classe e respectivos suplentes serão eleitos por aquelas entidades na forma de seus Estatutos.

Art . 40. O número de conselheiros representativos das entidades de classe será fixado nos respectivos Conselhos Regionais, assegurados o mínimo de um representante por entidade de classe e a proporcionalidade entre os representantes das diferentes categorias profissionais.

Art . 41. A proporcionalidade dos representantes de cada categoria profissional será estabelecida em face dos números totais dos registros no Conselho Regional, de engenheiros das modalidades genéricas previstas na alínea " a " do artigo 29, de arquitetos e de engenheiros-agrônomos, que houver em cada região, cabendo a cada entidade de classe registrada no Conselho Regional um número de representantes proporcional à quantidade de seus associados, assegurando o mínimo de um representante por entidade.

Parágrafo único. A proporcionalidade de que trata este artigo será submetida à prévia aprovação do Conselho Federal.

Art . 42. Os Conselhos Regionais funcionarão em pleno e, para os assuntos específicos, organizados em Câmaras Especializadas correspondentes às seguintes categorias profissionais: engenharia nas modalidades correspondentes às formações técnicas referidas na alínea a do art. 29, arquitetura e agronomia.

Art . 43. O mandato dos conselheiros regionais será de 3 (três) anos e se renovará, anualmente pelo terço de seus membros.

Art . 44. Cada Conselho Regional terá inspetorias, para fins de fiscalização, nas cidades ou zonas onde se fizerem necessárias.

CAPÍTULO IV

Das Câmaras Especializadas

SEÇÃO I

Da Instituição das Câmaras e suas atribuições

Art . 45. As Câmaras Especializadas são os órgãos dos Conselhos Regionais encarregados de julgar e decidir sobre os assuntos de fiscalização pertinentes às respectivas especializações profissionais e infrações do Código de Ética.

Art . 46. São atribuições das Câmaras Especializadas:

a) julgar os casos de infração da presente lei, no âmbito de sua competência profissional específica;

b) julgar as infrações do Código de Ética;

c) aplicar as penalidades e multas previstas;

d) apreciar e julgar os pedidos de registro de profissionais, das firmas, das entidades de direito público, das entidades de classe e das escolas ou faculdades na Região;

e) elaborar as normas para a fiscalização das respectivas especializações profissionais;

f) opinar sobre os assuntos de interesse comum de duas ou mais especializações profissionais, encaminhando-os ao Conselho Regional.

SEÇÃO II

Da Composição e organização

Art . 47. As Câmaras Especializadas serão constituídas pelos conselheiros regionais.

Parágrafo único. Em cada Câmara Especializada haverá um membro, eleito pelo Conselho Regional, representando as demais categorias profissionais.

Art . 48. Será constituída Câmara Especializada desde que entre os conselheiros regionais haja um mínimo de 3 (três) do mesmo profissional.

CAPÍTULO V

Generalidades

Art . 49. Aos Presidentes dos Conselhos Federal e Regionais, compete, além da direção do respectivo Conselho, sua representação em juízo.

Art . 50. O conselheiro federal ou regional que durante 1 (um) ano faltar, sem licença prévia, a 6 (seis) sessões, consecutivas ou não, perderá automaticamente o mandato passando este a ser exercido, em caráter efetivo, pelo respectivo suplente.

Art . 51. O mandato dos Presidentes e dos conselheiros será honorífico.

Art . 52. O exercício da função de membro dos Conselhos por espaço de tempo não inferior a dois terços do respectivo mandato será considerado serviço relevante prestado à Nação.

§ 1º O Conselho Federal concederá aos que se acharem nas condições desse artigo o certificado de serviço relevante, independentemente de requerimento do interessado, dentro de 12 (doze) meses contados a partir da comunicação dos Conselhos.

§ 2º VETADO

Art . 53. Os representantes dos Conselhos Federal e Regionais reunir-se-ão pelo menos uma vez por ano para, conjuntamente, estudar e estabelecer providências que assegurem ou aperfeiçoem a aplicação da presente lei, devendo o Conselho Federal remeter aos Conselhos Regionais, com a devida antecedência, o temário respectivo.

Art . 54. Aos Conselhos Regionais é cometido o encargo de dirimir qualquer dúvida ou omissão sobre a aplicação desta lei, com recurso " ex officio ", de efeito suspensivo, para o Conselho Federal, ao qual compete decidir, em última instância, em caráter geral.

TÍTULO III

Do registro e fiscalização profissional

CAPÍTULO I

Do registro dos profissionais

Art . 55. Os profissionais habilitados na forma estabelecida nesta lei só poderão exercer a profissão após o registro no Conselho Regional, sob cuja jurisdição se achar o local de sua atividade.

Art . 56. Aos profissionais registrados de acôrdo com esta lei será fornecida carteira profissional, conforme modelo, adotado pelo Conselho Federal, contendo o número do registro, a natureza do título, especializações e todos os elementos necessários à sua identificação.

§ 1º A expedição da carteira a que se refere o presente artigo fica sujeita à taxa que fôr arbitrada pelo Conselho Federal.

§ 2º A carteira profissional, para os efeitos desta lei, substituirá o diploma, valerá como documento de identidade e terá fé pública.

§ 3º Para emissão da carteira profissional os Conselhos Regionais deverão exigir do interessado a prova de habilitação profissional e de identidade, bem como outros elementos julgados convenientes, de acôrdo com instruções baixadas pelo Conselho Federal.

Art . 57. Os diplomados por escolas ou faculdades de engenharia, arquitetura ou agronomia, oficiais ou reconhecidas, cujos diplomas não tenham sido registrados, mas estejam em processamento na repartição federal competente, poderão exercer as respectivas profissões mediante registro provisório no Conselho Regional.

Art . 58. Se o profissional, firma ou organização, registrado em qualquer Conselho Regional, exercer atividade em outra Região, ficará obrigado a visar, nela, o seu registro.

CAPÍTULO II

Do registro de firmas e entidades

Art . 59. As firmas, sociedades, associações, companhias, cooperativas e empresas em geral, que se organizem para executar obras ou serviços relacionados na forma estabelecida nesta lei, só poderão iniciar suas atividades depois de promoverem o competente registro nos Conselhos Regionais, bem como o dos profissionais do seu quadro técnico.

§ 1º O registro de firmas, sociedades, associações, companhias, cooperativas e emprêsas em geral só será concedido se sua denominação fôr realmente condizente com sua finalidade e qualificação de seus componentes.

§ 2º As entidades estatais, paraestatais, autárquicas e de economia mista que tenham atividade na engenharia, na arquitetura ou na agronomia, ou se utilizem dos trabalhos de profissionais dessas categorias, são obrigadas, sem quaisquer ônus, a fornecer aos Conselhos Regionais todos os elementos necessários à verificação e fiscalização da presente lei.

§ 3º O Conselho Federal estabelecerá, em resoluções, os requisitos que as firmas ou demais organizações previstas neste artigo deverão preencher para o seu registro.

Art . 60. Toda e qualquer firma ou organização que, embora não enquadrada no artigo anterior tenha alguma seção ligada ao exercício profissional da engenharia, arquitetura e agronomia, na forma estabelecida nesta lei, é obrigada a requerer o seu registro e a anotação dos profissionais, legalmente habilitados, delas encarregados.

Art . 61. Quando os serviços forem executados em lugares distantes da sede da entidade, deverá esta manter, junto a cada um dos serviços, um profissional devidamente habilitado naquela jurisdição.

Art . 62. Os membros dos Conselhos Regionais só poderão ser eleitos pelas entidades de classe que estiverem previamente registradas no Conselho em cuja jurisdição tenham sede.

§ 1º Para obterem registro, as entidades referidas neste artigo deverão estar legalizadas, ter objetivo definido permanente, contar no mínimo trinta associados engenheiros, arquitetos ou engenheiros-agrônomos e satisfazer as exigências que forem estabelecidas pelo Conselho Regional.

§ 2º Quando a entidade reunir associados engenheiros, arquitetos e engenheiros-agrônomos, em conjunto, o limite mínimo referido no parágrafo anterior deverá ser de sessenta.

CAPÍTULO III

Das anuidades, emolumentos e taxas

Art . 63. Os profissionais e pessoas jurídicas registrados de conformidade com o que preceitua a presente lei são obrigados ao pagamento de uma anuidade ao Conselho Regional, a cuja jurisdição pertencerem.

§ 1º A anuidade a que se refere este artigo será paga até 31 de março de cada ano.

§ 2º O pagamento da anuidade fora dêsse prazo terá o acréscimo de 10% (dez por cento), a título de mora.

§ 3º O pagamento da anuidade inicial será feito por ocasião do registro.

Art . 64. Será automaticamente cancelado o registro do profissional ou da pessoa jurídica que deixar de efetuar o pagamento da anuidade, a que estiver sujeito, durante 2 (dois) anos consecutivos sem prejuízo da obrigatoriedade do pagamento da dívida.

Parágrafo único. O profissional ou pessoa jurídica que tiver seu registro cancelado nos termos dêste artigo, se desenvolver qualquer atividade regulada nesta lei, estará exercendo ilegalmente a profissão, podendo reabilitar-se mediante novo registro, satisfeitas, além das anuidades em débito, as multas que lhe tenham sido impostas e os demais emolumentos e taxas regulamentares.

Art . 65. Toda vez que o profissional diplomado apresentar a um Conselho Regional sua carteira para o competente "visto" e registro, deverá fazer, prova de ter pago a sua anuidade na Região de origem ou naquela onde passar a residir.

Art . 66. O pagamento da anuidade devida por profissional ou pessoa jurídica somente será aceito após verificada a ausência, de quaisquer débitos concernentes a multas, emolumentos, taxas ou anuidades de exercícios anteriores.

Art . 67. Embora legalmente registrado, só será considerado no legítimo exercício da profissão e atividades de que trata a presente lei o profissional ou pessoa jurídica que esteja em dia com o pagamento da respectiva anuidade. Art . 68. As autoridades administrativas e judiciárias, as repartições estatais, paraestatais, autárquicas ou de economia mista não receberão estudos, projetos, laudos, perícias, arbitramentos e quaisquer outros trabalhos, sem que os autores, profissionais ou pessoas jurídicas; façam prova de estar em dia com o pagamento da respectiva anuidade.

Art . 69. Só poderão ser admitidos nas concorrências públicas para obras ou serviços técnicos e para concursos de projetos, profissionais e pessoas jurídicas que apresentarem prova de quitação de débito ou visto do Conselho Regional da jurisdição onde a obra, o serviço técnico ou projeto deva ser executado.

Art . 70. O Conselho Federal baixará resoluções estabelecendo o Regimento de Custas e, periodicamente, quando julgar oportuno, promoverá sua revisão.

TÍTULO IV

Das penalidades

Art . 71. As penalidades aplicáveis por infração da presente lei são as seguintes, de acordo com a gravidade da falta:

- a) advertência reservada;
- b) censura pública;
- c) multa;
- d) suspensão temporária do exercício profissional;
- e) cancelamento definitivo do registro.

Parágrafo único. As penalidades para cada grupo profissional serão impostas pelas respectivas Câmaras Especializadas ou, na falta destas, pelos Conselhos Regionais.

Art . 72. As penas de advertência reservada e de censura pública são aplicáveis aos profissionais que deixarem de cumprir disposições do Código de Ética, tendo em vista a gravidade da falta e os casos de reincidência, a critério das respectivas Câmaras Especializadas.

Art . 73. As multas são estabelecidas em função do maior salário-mínimo vigente no País e terão os seguintes valores, desprezadas as frações de mil cruzeiros:

- a) multas de um a três décimos do salário-mínimo, aos infratores dos artigos 17 e 58 e das disposições para as quais não haja indicação expressa de penalidade;

b) multas de três a seis décimos do salário-mínimo às pessoas físicas, por infração da alínea " b " do artigo 6º, dos artigos 13, 14 e 55 ou do parágrafo único do artigo 64;

c) multas de meio a um salário-mínimo às pessoas jurídicas, por infração dos artigos 13, 14, 59/60 e parágrafo único do artigo 64;

d) multa de meio a um salário-mínimo às pessoa físicas por infração das alíneas " a ", " c " e " d " do artigo 6º;

e) multas de meio a três salários-mínimos às pessoas jurídicas, por infração do artigo 6º.

Parágrafo único. As multas referidas neste artigo serão aplicadas em dôbro nos casos de reincidência.

Art . 74. Nos casos de nova reincidência das infrações previstas no artigo anterior, alíneas "c", "d" e " e" , será imposta, a critério das Câmaras Especializadas, suspensão temporária do exercício profissional, por prazos variáveis de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos e, pelos Conselhos Regionais em pleno, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos.

Art . 75. O cancelamento do registro será efetuado por má conduta pública e escândalos praticados pelo profissional ou sua condenação definitiva por crime considerado infamante.

Art . 76. As pessoas não habilitadas que exercerem as profissões reguladas nesta lei, independentemente da multa estabelecida, estão sujeitas às penalidades previstas na Lei de Contravenções Penais.

Art . 77. São competentes para lavrar autos de infração das disposições a que se refere a presente lei, os funcionários designados para êsse fim pelos Conselhos Regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia nas respectivas Regiões.

Art . 78. Das penalidades impostas pelas Câmaras especializadas, poderá o interessado, dentro do prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data da notificação, interpor recurso que terá efeito suspensivo, para o Conselho Regional e, no mesmo prazo, dêste para o Conselho Federal.

§ 1º Não se efetuando o pagamento das multas, amigavelmente, estas serão cobradas por via executiva.

§ 2º Os autos de infração, depois de julgados definitivamente contra o infrator, constituem títulos de dívida líquida e certa.

Art . 79. O profissional punido por falta de registro não poderá obter a carteira profissional, sem antes efetuar o pagamento das multas em que houver incorrido.

TÍTULO V

Das disposições gerais

Art . 80. Os Conselhos Federal e Regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, autarquias dotadas de personalidade jurídica de direito público, constituem serviço público federal, gozando os seus bens, rendas e serviços de imunidade tributária total (art. 31, inciso V, alínea a da Constituição Federal) e franquia postal e telegráfica.

Art . 81. Nenhum profissional poderá exercer funções eletivas em Conselhos por mais de dois períodos sucessivos.

Art . 82. VETADO

~~Art . 83. Os trabalhos profissionais relativos a projetos não poderão ser sujeitos a concorrência de preço, devendo, quando fôr o caso, ser objeto de concurso.~~ [\(Revogado pela Lei nº 8.666, de 21.6.93\)](#)

Art . 84. O graduado por estabelecimento de ensino agrícola, ou industrial de grau médio, oficial ou reconhecido, cujo diploma ou certificado esteja registrado nas repartições competentes, só poderá exercer suas funções ou atividades após registro nos Conselhos Regionais.

Parágrafo único. As atribuições do graduado referido neste artigo serão regulamentadas pelo Conselho Federal, tendo em vista seus currículos e graus de escolaridade.

Art . 85. As entidades que contratarem profissionais nos termos da alínea " c " do artigo 2º são obrigadas a manter, junto a êles, um assistente brasileiro do ramo profissional respectivo.

TÍTULO VI

Das disposições transitórias

Art . 86. São assegurados aos atuais profissionais de engenharia, arquitetura e agronomia e aos que se encontrem matriculados nas escolas respectivas, na data da publicação desta lei, os direitos até então usufruídos e que venham de qualquer forma a ser atingidos por suas disposições.

Parágrafo único. Fica estabelecidos o prazo de 12 (doze) meses, a contar da publicação desta lei, para os interessados promoverem a devida anotação nos registros dos Conselhos Regionais.

Art . 87. Os membros atuais dos Conselhos Federal e Regionais completarão os mandatos para os quais foram eleitos.

Parágrafo único. Os atuais presidentes dos Conselhos Federal e Regionais completarão seus mandatos, ficando o presidente do primeiro desses Conselhos com o caráter de membro do mesmo.

Art . 88. O Conselho Federal baixará resoluções, dentro de 60 (sessenta) dias a partir da data da presente lei, destinadas a completar a composição dos Conselhos Federal e Regionais.

Art . 89. Na constituição do primeiro Conselho Federal após a publicação desta lei serão escolhidos por meio de sorteio as Regiões e os grupos profissionais que as representarão.

Art . 90. Os Conselhos Federal e Regionais, completados na forma desta lei, terão o prazo de 180 (cento e oitenta) dias, após a posse, para elaborar seus regimentos internos, vigorando, até a expiração dêste prazo, os regulamentos e resoluções vigentes no que não colidam com os dispositivos da presente lei.

Art . 91. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art . 92. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 24 de dezembro de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO
L. G. do Nascimento e Silva

Este texto não substitui o publicado no D.O.U. de 27.12.1946

LEI Nº 5.194, DE 24 DE DEZEMBRO DE 1966

Partes mantidas pelo Congresso Nacional, após veto presidencial, do projeto que se transformou na Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, que regula o exercício das profissões de Engenheiro, Arquiteto e Engenheiro-Agrônomo e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA , faço saber que o CONGRESSO NACIONAL manteve e eu promulgo, nos termos da parte final do § 3º do artigo 62, da Constituição Federal os seguintes dispositivos da Lei 5.194, de 24 de dezembro de 1966:

"Art. 52

.....

§ 2º Será considerado como serviço público efetivo, para efeito de aposentadoria e disponibilidade, o tempo de serviço como Presidente ou Conselheiro, vedada, porém, a contagem comutativa com tempo exercido em cargo público.

Art. 82. As remunerações iniciais dos engenheiros, arquitetos e engenheiros-agrônomos, qualquer que seja a fonte pagadora, não poderão ser inferiores a 6 (seis) vezes o salário-mínimo da respectiva região.

Brasília, 20 de abril de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

A. COSTA E SILVA



**Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos**

LEI Nº 6.496, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1977.

Institui a "Anotação de Responsabilidade Técnica" na prestação de serviços de engenharia, de arquitetura e agronomia; autoriza a criação, pelo Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - CONFEA, de uma Mútua de Assistência Profissional; e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, faço saber que o CONGRESSO NACIONAL decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art 1º - Todo contrato, escrito ou verbal, para a execução de obras ou prestação de quaisquer serviços profissionais referentes à Engenharia, à Arquitetura e à Agronomia fica sujeito à "Anotação de Responsabilidade Técnica" (ART).

Art 2º - A ART define para os efeitos legais os responsáveis técnicos pelo empreendimento de engenharia, arquitetura e agronomia.

§ 1º - A ART será efetuada pelo profissional ou pela empresa no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREA), de acordo com Resolução própria do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CONFEA).

§ 2º - O CONFEA fixará os critérios e os valores das taxas da ART *ad referendum* do Ministro do Trabalho.

Art 3º - A falta da ART sujeitará o profissional ou a empresa à multa prevista na alínea "a" do art. 73 da Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, e demais cominações legais.

Art 4º - O CONFEA fica autorizado a criar, nas condições estabelecidas nesta Lei, uma Mútua de Assistência dos Profissionais da Engenharia, Arquitetura e Agronomia, sob sua fiscalização, registrados nos CREAs.

§ 1º - A Mútua, vinculada diretamente ao CONFEA, terá personalidade jurídica e patrimônio próprios, sede em Brasília e representações junto aos CREAs.

§ 2º - O Regimento da Mútua será submetido à aprovação do Ministro do Trabalho, pelo CONFEA.

Art 5º - A Mútua será administrada por uma Diretoria Executiva, composta de 5 (cinco) membros, sendo 3 (três) indicados pelo CONFEA e 2 (dois) pelos CREAs, na forma a ser fixada no Regimento.

Art 6º - O Regimento determinará as modalidades da indicação e as funções de cada membro da Diretoria Executiva, bem como o modo de substituição, em seus impedimentos e faltas, cabendo ao CONFEA a indicação do Diretor-Presidente e, aos outros Diretores a escolha, entre si, dos ocupantes das demais funções.

Art 7º - Os mandatos da Diretoria Executiva terão duração de 3 (três) anos, sendo gratuito o exercício das funções correspondentes.

Art 8º - Os membros da Diretoria Executiva somente poderão ser destituídos por decisão do CONFEA, tomada em reunião secreta, especialmente convocada para esse fim, e por maioria de 2/3 (dois terços) dos membros do Plenário.

Art 9º - Os membros da Diretoria tomarão posse perante o CONFEA.

Art 10 - O patrimônio da Mútua será aplicado em títulos dos Governos Federal e Estaduais ou por eles garantidos, Carteiras de Poupança, garantidas pelo Banco Nacional da Habitação (BNH), Obrigações do Tesouro Nacional, imóveis e outras aplicações facultadas por lei, para órgãos da mesma natureza.

Parágrafo único - Para aquisição e alienação de imóveis, haverá prévia autorização do Ministro do Trabalho.

Art 11 - Constituirão rendas da Mútua:

I - 1/5 (um quinto) da taxa de ART;

II - uma contribuição dos associados, cobrada anual ou parceladamente e recolhida, simultaneamente, com a devida aos CREAS;

III - doações, legados e quaisquer valores adventícios, bem como outras fontes de renda eventualmente instituídas em lei;

IV - outros rendimentos patrimoniais.

§ 1º - A inscrição do profissional na Mútua dar-se-á com o pagamento da primeira contribuição, quando será preenchida pelo profissional sua ficha de Cadastro Geral, e atualizada nos pagamentos subseqüentes, nos moldes a serem estabelecidos por Resolução do CONFEA.

§ 2º - A inscrição na Mútua é pessoal e independente de inscrição profissional e os benefícios só poderão ser pagos após decorrido 1 (um) ano do pagamento da primeira contribuição.

Art 12 - A Mútua, na forma do Regimento, e de acordo com suas disponibilidades, assegurará os seguintes benefícios e prestações:

I - auxílios pecuniários, temporários e reembolsáveis, aos associados comprovadamente necessitados, por falta eventual de trabalho ou invalidez ocasional;

II - pecúlio aos cônjuges supérstites e filhos menores dos associados;

III - bolsas de estudo aos filhos de associados carentes de recursos ou a candidatos a escolas de Engenharia, de Arquitetura ou de Agronomia, nas mesmas condições de carência;

IV - assistência médica, hospitalar e dentária, aos associados e seus dependentes, sem caráter obrigatório, desde que reembolsável, ainda que parcialmente;

V - facilidades na aquisição, por parte dos inscritos, de equipamentos e livros úteis ou necessários ao desempenho de suas atividades profissionais;

VI - auxílio funeral.

§ 1º - A Mútua poderá financiar, exclusivamente para seus associados, planos de férias no país e/ou de seguros de vida, acidentes ou outros, mediante contratação.

§ 2º - Visando à satisfação do mercado de trabalho e à racionalização dos benefícios contidos no item I deste artigo, a Mútua poderá manter serviços de colocação de mão-de-obra de profissionais, seus associados.

§ 3º - O valor pecuniário das prestações assistenciais variará até o limite máximo constante da tabela a ser aprovada pelo CONFEA, nunca superior à do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS).

§ 4º - O auxílio mensal será concedido, em dinheiro, por períodos não superiores a 12 (doze) meses, desde que comprovada a evidente necessidade para a sobrevivência do associado ou de sua família.

§ 5º - As bolsas serão sempre reembolsáveis ao fim do curso, com juros e correção monetária, fixados pelo CONFEA.

§ 6º - A ajuda farmacêutica, sempre reembolsável, ainda que parcialmente, poderá ser concedida, em caráter excepcional, desde que comprovada a impossibilidade momentânea de o associado arcar com o ônus decorrente.

§ 7º - Os benefícios serão concedidos proporcionalmente às necessidades do assistido e, os pecúlios, em razão das contribuições do associado.

§ 8º - A Mútua poderá estabelecer convênios com entidades previdenciárias, assistenciais, de seguros e outros facultados por lei, para atendimento do disposto neste artigo.

Art 13 - Ao CONFEA incumbirá, na forma do Regimento:

I - a supervisão do funcionamento da Mútua;

II - a fiscalização e aprovação do Balanço, Balancete, Orçamento e da prestação de contas da Diretoria Executiva da Mútua;

III - a elaboração e aprovação do Regimento da Mútua;

IV - a indicação de 3 (três) membros da Diretoria Executiva;

V - a fixação da remuneração do pessoal empregado pela Mútua;

VI - a indicação do Diretor-Presidente da Mútua;

VII - a fixação, no Regimento, da contribuição prevista no item II do art. 11;

VIII - a solução dos casos omissos ou das divergências na aplicação desta Lei.

Art 14 - Aos CREAs, e na forma do que for estabelecido no Regimento, incumbirá:

I - recolher à Tesouraria da Mútua, mensalmente, a arrecadação da taxa e contribuição previstas nos itens I e II do art. 11 da presente Lei;

II - indicar os dois membros da Diretoria Executiva, na forma a ser fixada pelo Regimento.

Art 15 - Qualquer irregularidade na arrecadação, na concessão de benefícios ou no funcionamento da Mútua, ensejará a intervenção do CONFEA, para restabelecer a normalidade, ou do Ministro do Trabalho, quando se fizer necessária.

Art 16 - No caso de dissolução da Mútua, seus bens, valores e obrigações serão assimilados pelo CONFEA, ressalvados os direitos dos associados.

Parágrafo único - O CONFEA e os CREAs responderão, solidariamente, pelo déficit ou dívida da Mútua, na hipótese de sua insolvência.

Art 17 - De qualquer ato da Diretoria Executiva da Mútua caberá recurso, com efeito suspensivo, ao CONFEA.

Art 18 - De toda e qualquer decisão do CONFEA referente à organização, administração e fiscalização da Mútua caberá recurso, com efeito suspensivo, ao Ministro do Trabalho.

Art 19 - Os empregados do CONFEA, dos CREAs e da própria Mútua poderão nela se inscrever, mediante condições estabelecidas no Regimento, para obtenção dos benefícios previstos nesta Lei.

Art 20 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, em 7 de dezembro de 1977; 156º da Independência e 89º da República.

ERNESTO GEISEL
Arnaldo Prieto